



ENERGIA E ECONOMIA

Serra tenta arrecadar R\$ 3,4 bi extras para obras em ano eleitoral (Folha de SP) 07/01/2010.....	3
GE abrirá centro de pesquisa no Brasil (Folha de SP) 07/01/2010	3
Painel (Folha de SP) 07/01/2010	4
Ano novo, subsídio eterno (Folha de SP) 07/01/2010	6
Empresários criticam novo projeto para terceirização (Folha de SP) 07/01/2010	6
Governo recorre a manobras fiscais para cumprir a meta de superávit (O Estado de SP) 07/01/2010.....	7
Entrada de dólares no País em 2009 foi a 3º maior da história (O Estado de SP) 07/01/2010.....	8
Executivo da Galp diz desconhecer negociação com Petrobras (Estadão Online 07:44h) 07/01/2010.....	9
Cientistas fazem suas apostas para 2020 (O Estado de SP) 07/01/2010	9
Pedro Parente é o novo CEO da Bunge Brasil (O Estado de SP) 07/01/2010.....	10
GE terá centro de pesquisa no Brasil (O Estado de SP) 07/01/2010	11
Alcotra pode ter primeira usina de açúcar no país (Valor Econômico) 07/01/2010.....	11
Metade das empresas prevê ampliar capacidade este ano (Valor Econômico) 07/01/2010	12
PCP desinvestirá 80% do patrimônio (Valor Econômico) 07/01/2010	13
Múltis avaliam captar no Brasil (Valor Econômico) 07/01/2010.....	14
Brasil pode ser fonte de exportações, diz presidente global da GE (Valor Econômico) 07/01/2010.....	16
Energia (Valor Econômico - Agenda) 07/01/2010	17
Fusão com Quattor e novos ativos turbinam Braskem (Valor Econômico) 07/01/2010.....	17
Fabricante da 3ª geração fica atenta à concentração (Valor Econômico) 07/01/2010.....	18
Liberação de garantias para estatais garante expansão do setor com modicidade tarifária, avalia Gesel (CanalEnergia) 06/01/2010.....	19
Eletruclear garante ao MPF condições de operação e segurança de usinas em Angra (CanalEnergia) 06/01/2010.....	19
Cemig PN encerra em baixa de 1,88% (CanalEnergia) 06/01/2010	20
Abradee sugere adoção de sistemas de incentivos e compensações para melhoria de qualidade (CanalEnergia) 06/01/2010.....	21
CPFL Brasil realiza leilão de compra e venda de energia nesta quinta-feira, 7 (CanalEnergia) 06/01/2010	21
Ativa: operação com BNDES poderá capitalizar Eletrobrás (CanalEnergia) 06/01/2010	21
Projeto de Lei pede incentivo fiscal para turbinas e transformadores (CanalEnergia) 06/01/2010	22
UTE MC2 Macaíba atuará como produtora independente de energia (CanalEnergia) 06/01/2010	22
Cemar não terá efeitos nos ratings com cisão da Equatorial, avalia Fitch (CanalEnergia) 06/01/2010	23
UTE Viana inicia testes de 174,6 MW por tempo determinado (CanalEnergia) 06/01/2010.....	23
Reservatório de Ernestina trabalha com 80,76% da capacidade (CanalEnergia) 06/01/2010.....	23
Fitch mantém ratings da Cemig (CanalEnergia) 06/01/2010.....	24
DME Energética realiza leilão de venda de energia neste mês (CanalEnergia) 06/01/2010.....	24
Energias do Brasil ON registra alta de 1,76% (CanalEnergia) 06/01/2010	24
Ações da MPX Energia são transferidas para a EBX Investimentos (CanalEnergia) 06/01/2010.....	25
Tesouro recebe R\$ 3,5 bilhões pela venda de dividendos da Eletrobrás ao BNDES.....	25
SP estende desoneração de ICMS a indústrias de geradores (CanalEnergia) 06/01/2010	26
MPX recebe R\$ 543 milhões para UTE Porto de Itaquí (CanalEnergia) 06/01/2010	26
Celesc investe R\$ 72 milhões para aumentar energia na Ilha (CanalEnergia) 06/01/2010.....	26

SINDICAL

Solidariedade às vítimas das enchentes (CUT Nacional) 06/01/2010.....	27
20 anos da greve geral de 89 (CUT Nacional) 06/01/2010.....	28
Apenas o primeiro passo (CUT Nacional) 06/01/2010.....	29
Funcionalismo (CUT Nacional) 06/01/2010.....	29
Caixa Econômica Federal (CUT Nacional) 06/01/2010.....	31
CNTE (CUT Nacional) 06/01/2010	33
Aposentadoria em 30 minutos é estendida ao trabalhador rural (CUT Nacional) 06/01/2010.....	34
Bolívia será único país do mundo a eleger juízes por voto popular (CUT Nacional) 06/01/2010.....	34
Trabalhador poderá ser avisado quando tiver direito a se aposentar (CUT Nacional) 06/01/2010.....	34

Serra tenta arrecadar R\$ 3,4 bi extras para obras em ano eleitoral (Folha de SP) 07/01/2010

Estado planeja vender folha estadual para o Banco do Brasil, negociar ações da CTEEP e privatizar trecho sul do Rodoanel

Segundo o secretário de Fazenda do Estado, Mauro Ricardo Costa, os recursos adicionais serão utilizados para ampliar investimentos

CATIA SEABRA
DA REPORTAGEM LOCAL

Disposto a ampliar seu cardápio de obras, o governo José Serra tenta arrecadar R\$ 3,4 bilhões extras no ano eleitoral de 2010. Desse total, R\$ 1,2 bilhão não está registrado no Orçamento e poderá engordar a previsão dos investimentos. A dotação de investimentos é de R\$ 21,9 bilhões. Mas, concretizado o esforço de arrecadação, o governo de São Paulo poderá gastar R\$ 1,2 bilhão além do originalmente previsto para este ano. Esse valor representa mais de 5% da estimativa de investimento.

Atrás de receitas extraordinárias -que não são regulares, só acontecem uma vez-, o governo de São Paulo se dedica a quatro diferentes operações.

Pelo cronograma do governo, duas delas serão concluídas já no primeiro semestre do ano. Até junho, o governo pretende arrecadar R\$ 900 milhões com a venda de ações da CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) na Bolsa de Valores.

Detentor de 7,69% do capital da companhia, o governo comunicou, no mês passado, a decisão de lançar as ações no mercado. O banco Santander foi vencedor de uma licitação para a montagem da operação.

Segundo o secretário de Fazenda de São Paulo, Mauro Ricardo Costa, a venda "provavelmente acontecerá no primeiro semestre". "Os recursos serão destinados à ampliação de investimentos ou para compensar eventual frustração de receita prevista no Orçamento", declarou Mauro Ricardo.

Pedágios

Além da CTEEP, outros R\$ 320 milhões não foram incluídos no Orçamento enviado, em setembro de 2009, à Assembleia Legislativa. Produto da concessão do trecho sul do Rodoanel, essa receita não foi contabilizada porque o modelo foi concluído em dezembro.

Pelo modelo de licitação, um consórcio poderá explorar, com instalação de praças de pedágio, o trecho sul do Rodoanel. Em troca, terá de construir o trecho leste e pagar R\$ 320 milhões ao Estado. Ganha quem oferecer a menor tarifa. A primeira audiência será no dia 20.

"Cumprido o calendário, o contrato será assinado em julho", declarou o secretário de Transportes, Mauro Arce.

Respeitada a proposta expressa num termo de compromisso, o Banco do Brasil e o governo de São Paulo assinam, ainda nesta semana, um contrato de R\$ 1,3 bilhão. O pagamento deverá ser parcelado.

Pelo contrato, o governo vende ao BB -dono da Nossa Caixa- o direito de administrar, com exclusividade, a conta salário dos servidores estaduais por mais 23 meses.

Desde abril de 2007, a Nossa Caixa detém a exclusividade sobre a folha. Alvo de resistência no governo federal, a operação prorroga de 2012 para 2014 a vigência desse contrato.

Com isso, o Banco do Brasil terá cinco anos de exclusividade sobre as contas dos servidores de São Paulo. E o Estado antecipará uma venda que, em tese, seria necessária apenas em 2012, só no próximo governo.

A Folha apurou que a negociação enfrentou oposição no governo federal por ampliar a receita do governo Serra em um ano eleitoral.

O governo do Estado também abrirá licitação para montagem de uma operação de emissão de venda de títulos no mercado para antecipação de cerca de R\$ 900 milhões em créditos que tem a receber.

A Assembleia autorizou que o governo receba, ainda neste ano, créditos cujo pagamento seria diluído em até dez anos. Os papéis serão avaliados segundo seu valor de face -descontado o juro de 1% mensal.

GE abrirá centro de pesquisa no Brasil (Folha de SP) 07/01/2010

Será o quinto empreendimento do tipo no mundo; gigante americana vê oportunidades de negócio de US\$ 10 bilhões no país

Para Jeffrey Immelt, presidente mundial da empresa, investimento em pesquisa é demonstração da importância do Brasil

MARIANA BARBOSA

DA REPORTAGEM LOCAL

A General Electric anunciou ontem que pretende montar um centro de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Será o quinto centro de pesquisa da empresa no mundo.

O anúncio foi feito pelo presidente mundial da GE, Jeffrey Immelt, em São Paulo. "Pesquisa e inovação são o orgulho da GE. Não há nada mais importante que a companhia possa fazer para demonstrar nosso comprometimento com o Brasil do que a instalação de um centro de pesquisa", disse o executivo da maior empresa do mundo, segundo a "Forbes". "A economia do Brasil está muito forte. Estou impressionado com o progresso do país."

Além do centro, a empresa planeja investimentos de pelo menos US\$ 118 milhões em expansão de capacidade, incluindo uma fábrica de turbinas em Petrópolis (RJ).

A empresa enxerga oportunidades de negócios da ordem de US\$ 10 bilhões nos próximos três ou quatro anos com as obras de infraestrutura do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e a exploração da camada do pré-sal.

O investimento no centro de pesquisa e sua localização não estão definidos. A disputa maior é entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Estados onde se localizam as 15 fábricas da empresa no país.

A GE global faturou US\$ 183 bilhões em 2008 e investe anualmente US\$ 6 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. A empresa possui centros nos EUA, Alemanha, China e Índia.

Uma vez definida a sede, a construção deve levar de 12 a 15 meses. Segundo o diretor de relações institucionais da GE, Alexandre Alfredo, serão contratados engenheiros nacionais. "Queremos investir em talento local", disse.

As pesquisas devem se concentrar nas áreas de petróleo e gás, energia e aviação (turbinas) -setores onde estão concentrados os principais negócios da empresa no Brasil.

Apesar de estar no país há 90 anos, o Brasil ainda é relativamente pequeno dado o porte da GE. A subsidiária brasileira faturou US\$ 3,3 bilhões em 2008, mas o número deve encolher para US\$ 3 bi em 2009. A empresa vinha crescendo a uma taxa de 12% ao ano, e em 2008 deu um salto de 45% ante 2007. "Pretendemos recuperar e até superar os níveis de 2008 em 2010", disse o presidente da GE Brasil, João Geraldo Ferreira.

Immelt não quis falar sobre metas de crescimento para o Brasil, mas declarou: "Ficaria muito espantado se nos próximos três anos não fôssemos significativamente maiores do que somos hoje. Estamos muito bem posicionados para o crescimento da infraestrutura do Brasil."

A GE brasileira emprega 6.000 funcionários e, com os novos investimentos, deve contratar mais 600. Esse número não inclui os funcionários do centro de manutenção.

A crise afetou fortemente a GE lá fora, pois 50% dos negócios vêm de sua área financeira, a GE Capital. "Foram 18 meses muito desafiadores", disse Immelt. Nos primeiros nove meses do ano, o faturamento global da companhia encolheu 15%. Dentre as medidas tomadas, foi reduzida a importância dos serviços financeiros para 30%.

Quarta visita

Esta é a quarta visita de Immelt ao Brasil desde que assumiu o comando na GE, em 2001, em substituição a Jack Welch. Mas, desta vez, ele não tem encontros previstos com o presidente Lula nem com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). "Eu me encontrarei com grandes clientes", disse Immelt em uma conversa com jornalistas em um hotel em São Paulo.

A Folha apurou que o executivo estará hoje em Brasília apresentando o projeto do centro para o ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende. Na sexta-feira, vai ao Rio, para encontros com os presidentes da Petrobras e da Vale.

Painel (Folha de SP) 07/01/2010

SÍLVIO NAVARRO(interino) - painel@uol.com.br

Esforço concentrado

Na reta final do ano, enquanto negociava a aprovação do Orçamento, o governo destinou R\$ 245 mi em emendas individuais para deputados e senadores da dupla PT-PMDB. Esse montante representa quase 40% de tudo o que foi "empenhado" (compromisso de pagamento) no mês de dezembro para todos os partidos, segundo dados do Siafi (sistema de acompanhamento dos gastos da União).

A bancada do PMDB fechou o ano com 80% dos pleitos contemplados, e a do PT com 70%. Na oposição, "demos" e tucanos tiveram percentual de 55%. As emendas individuais, conhecidas como "carimbadas", são as preferidas dos parlamentares porque atendem pequenas obras em suas bases eleitorais.

Cofre. No ranking governista, o campeão foi Ciro Gomes (PSB-CE), com R\$ 10 mi, único a obter o teto possível para emendas individuais.

Telhado. A Câmara vai gastar R\$ 45,9 mi na reforma de 144 apartamentos funcionais. As obras deveriam ter começado no ano passado, mas houve problemas com as duas empresas vencedoras da licitação: uma quebrou e outra cancelou o contrato.

Esquadilha. O governo se articula para tentar evitar desgaste com a convocação de ministros e do Comando da Aeronáutica em comissões no Congresso, na volta do recesso, para tratar da compra dos caças. Os petistas Ricardo Berzoini (SP) e José Genoíno (SP) formam a linha de frente.

Na mesa. Em meio à polêmica aérea, o rei da Suécia, Carl Gustaf, será recebido por Lula no dia 24 de março, a convite do Itamaraty. Os suecos são fabricantes do Gripen NG, modelo favorito no relatório da Aeronáutica.

Merenda. Lula atrasou a partida da Bahia para Guarujá, ontem, para que desse tempo de embarcar uma caixa de acarajés enviada pelo governador Jaques Wagner.

Calendário. O presidente, aliás, desistiu da viagem a Guaribas (PI), cidade-piloto do Fome Zero, marcada para a próxima quinta-feira. O staff do Planalto argumentou dificuldade de acesso à região.

Laços 1. Desdobramentos das investigações da Polícia Federal sobre os contratos de empresas de informática no Arrudagate esbarraram no nome de Valério Neves, braço direito do ex-governador Joaquim Roriz (PSC) e por ele instalado na presidência do PSC do Distrito Federal.

Laços 2. Neves foi chefe de gabinete de Roriz e antecessor de Durval Barbosa, o homem-bomba do mensalão candango, na Secretaria de Relações Institucionais. Também é ligado ao deputado distrital Rubens César Brunelli (PSC), que aparece nos vídeos da "oração da propina".

Boquinha. Inaldo Leitão (PSB), que chefiava a representação da Paraíba em Brasília na gestão de Cássio Cunha Lima (PSDB), foi nomeado assessor do Ministério de Relações Institucionais, chefiado por Alexandre Padilha.

Abastecimento 1. O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) defendeu na reunião com Edison Lobão (Minas e Energia) e Nelson Machado (interino da Fazenda) que o atraso na colheita da cana em razão das chuvas, que força a alta no preço do álcool, acabará tendo efeito positivo na safra anual. "É um problema de 90 a 120 dias."

Abastecimento 2. A saída será reduzir o etanol na mistura com a gasolina e pressionar usineiros para antecipar a moagem da cana.

Caravana. O governador Roberto Requião (PMDB-PR) inicia no dia 16 um tour defendendo sua candidatura à Presidência. Vai a Tramandaí (RS) acompanhado do senador Pedro Simon e do prefeito de Porto Alegre, José Fogaça.

com LETÍCIA SANDER e MALU DELGADO

Tiroteio

Ganhar R\$ 70 milhões na Mega-Sena é muita sorte. Já o mensalão do DEM é puro azar daqueles que apostaram no Arruda.

Do deputado RODRIGO ROLLEMBERG, líder do PSB, sobre a afirmação do governador José Roberto Arruda (sem partido) de que ele é "culpado até da Mega-Sena", ao reclamar ser vítima de campanha difamatória.

Contraponto

Cara feia

O governador José Serra (PSDB) participava da assinatura de um convênio para incentivar a ida dos alunos da rede estadual às atividades culturais do Sesc. Os organizadores exibiram um vídeo para uma plateia repleta de crianças, cujo tema eram personagens do folclore brasileiro. Na sequência, o tucano foi ao microfone. Começou citando o secretário Paulo Renato (Educação), até que notou a presença do titular da pasta de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, de semblante fechado.

Serra não perdeu a piada:

-Só não entendi o que o Lourival veio fazer aqui. Acho que foi só para assustar as crianças...

Ano novo, subsídio eterno (Folha de SP) 07/01/2010

VINICIUS TORRES FREIRE

Os governos mais "populares" e "desenvolvimentistas" viram amigos do capital, bancado ora pelo Tesouro, via BNDES

DESDE O ANO passado causa desconcerto o governo federal emprestar dinheiro a empresas, via BNDES. Em 2009, o Tesouro emprestou R\$ 100 bilhões ao banco, que liberou R\$ 137,3 bilhões em financiamentos, 49% mais do que em 2008. Em 2010, o banco terá mais R\$ 80 bilhões do Tesouro. A taxa de juro real de algumas linhas é quase zero. O dinheiro custa, no mínimo, 4% reais ao ano para o governo, que faz dívida para levantar esses fundos. Trata-se de verba quase orçamentária que não é discutida no Orçamento, pelo Congresso.

O comentário vem a propósito do anúncio do primeiro empréstimo grande do BNDES no ano, R\$ 1,2 bilhão para a Mercedes-Benz renovar fábricas. Não se trata de crucificar a empresa. O negócio é legal, e dezenas de outras grandes firmas pegam dinheiro no banco. No mesmo dia da aprovação do dinheiro para a Mercedes saiu um crédito para o porto de Sepetiba, da LLX, que vai exportar minério da MMX. No ano passado, a tele Oi tomou R\$ 4,4 bilhões do BNDES, dinheiro que, se disse, não era para financiar a fusão com a Brasil Telecom, o que tanto faz, pois o conjunto das operações de financiamento da empresa foi barateado, não importa o escaninho de onde tenham saído os fundos. Houve casos menos conspícuos, mas também de grossa fortuna. A América Latina Logística levou crédito de R\$ 2,15 bilhões para cuidar de suas ferrovias (a ALL nasceu na privatização de parte da Rede Ferroviária Federal). A espanhola OHL, que venceu o leilão de privatização de estradas federais, como a Fernão Dias, tomou R\$ 756 milhões. A Concessão do Metrô do Rio, R\$ 423 milhões. A Guararapes (Lojas Riachuelo e têxteis), R\$ 342 milhões. A Comgás, R\$ 669 milhões. Para a Gerdau foi aberto um limite de crédito de R\$ 1,5 bilhão. A indústria química e petroquímica, no conjunto, tomou R\$ 21 bilhões, R\$ 555 milhões para a mega Braskem, da Odebrecht. Montadoras e autopeças tomaram R\$ 5,7 bilhões. E por aí vai. Ou seja, não se trata de empresas mirradas, sem acesso ao mercado mundial -algumas são múltis enormes.

Sim, 2008 foi ano de crise, que seria bem pior sem o BNDES e outros estatais. De resto, o banco executa o que existe de política industrial, vinculando financiamentos à compra de insumos de fornecedores nacionais, por exemplo, o que por vezes é boa coisa (mas nem sempre). De resto, o BNDES é uma das raras, quando não a única, fonte de crédito para empresas de software e de bio e nanotecnologia, por exemplo.

Mas o grosso da atuação do banco é a criação de grandes conglomerados e múltis brasileiras. A par disso, o governo Lula monta desde 2009, de modo não muito intencional, uma estratégia para aumentar a competitividade das empresas brasileiras. O faz via isenções de impostos, o que dá alguma proteção às empresas na guerra do comércio global, agressiva e bancada por Estados.

Em suma, os governos mais "desenvolvimentistas" e "populares" do Brasil acabam, pois, se tornando grandes amigos do capital. Por vias tortas, isso por vezes é útil e, indiretamente, de interesse geral. Mas o grande público não tem sido consultado sobre esse seu interesse nem sobre as prioridades decididas pelo governo, à margem do Congresso.

vinit@uol.com.br

Empresários criticam novo projeto para terceirização (Folha de SP) 07/01/2010

Para indústria e comércio, proposta mina competitividade e traz insegurança

Centrais sindicais apoiam o projeto de lei, que deve ser encaminhado ao Congresso para proteger trabalho de empregados terceirizados

CLAUDIA ROLLI
DA REPORTAGEM LOCAL

O projeto de lei que regulamenta a terceirização no país, proposto pelo Ministério do Trabalho em parceria com as centrais sindicais, vai afetar a competitividade das empresas, aumentar custos para a contratação de terceirizados e dificilmente será aprovado no Congresso, segundo representantes da indústria e do comércio.

Para as centrais sindicais, ele será um "marco" ao proteger trabalhadores tratados hoje como de "segunda categoria". Na avaliação da CNI (Confederação Nacional da Indústria), o projeto é "absolutamente inadequado" ao proibir a terceirização na atividade fim de uma empresa. "Não há como distinguir, de forma segura, o que é atividade fim e meio. Na construção de um prédio, por exemplo, há várias etapas: fundação, parte elétrica, hidráulica. O que é fim e meio em uma obra?", diz Emerson Casali, gerente-executivo de Relações do Trabalho da CNI. "Terceirizar significa buscar redução de custos e mais qualidade para tornar a empresa competitiva, protegendo os trabalhadores."

O setor produtivo também critica o fato de o projeto permitir que o terceirizado possa responsabilizar solidariamente a empresa tomadora de serviços, caso a prestadora de serviços (a terceirizada) não cumpra obrigações trabalhistas. Até então, a súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho previa que a contratante poderia ser responsabilizada subsidiariamente -após esgotadas as tentativas de cobrar a prestadora de serviços, o prejudicado poderia acionar na Justiça a tomadora de serviços.

"Com a responsabilidade solidária, prevista no PL, cresce o nível de insegurança jurídica na hora de terceirizar. E também abrem-se brechas para fraudes, uma vez que uma empresa prestadora de serviço pode agir de má-fé em conluio com o funcionário terceirizado, ao processar a tomadora de serviços na Justiça", diz Casali.

Na avaliação da Fecomercio SP, as contratantes de serviços terão de arcar com aumento de custos administrativos e jurídicos para cumprir a exigência de que monitorem mensalmente o pagamento de salários, FGTS e contribuição previdenciária por parte das terceirizadas. "O Estado é que está terceirizando seu papel de fiscal. A empresa será obrigada a exercer essa fiscalização, e isso tem custo", diz Luis Antonio Flora, gerente jurídico da Fecomercio.

O advogado Luis Carlos Moro avalia que o projeto "acerta" ao garantir o princípio da isonomia. "Evita-se que trabalhadores permaneçam lado a lado, às vezes realizando as mesmas tarefas, sob condições jurídicas e econômicas diferentes."

"O projeto traz avanços, mas enfrentará resistências do empresariado", diz Quintino Severo, secretário-geral da CUT.

"No Brasil, terceirização virou sinônimo de precarização. O projeto permitirá maior controle dessa situação", diz Ricardo Patah, da UGT.

Governo recorre a manobras fiscais para cumprir a meta de superávit (O Estado de SP) 07/01/2010

Para atingir os 2,5% do PIB, despesas com programas do governo, como o PAC, serão abatidas pela primeira vez

Adriana Fernandes

BRASÍLIA

O governo deve fechar o superávit primário das contas do setor público entre 2% e 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009. O valor - que representa o esforço fiscal feito pelo governo federal, Estados, municípios e estadais para o pagamento das despesas com os encargos da dívida pública - ainda é impreciso porque faltam algumas informações dos governos regionais. As contas dos governos estaduais e municipais, provavelmente, ficarão abaixo da meta de 0,90% do PIB fixada para essa esfera do setor público.

Para dar por cumprida a meta fiscal de 2,5% do PIB, válida para todo o setor público, o governo vai recorrer, pela primeira vez, à possibilidade legal de abater das despesas parte dos gastos feitos com o Projeto Piloto de Investimento (PPI), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida".

A Agência Estado apurou que esses investimentos somaram R\$ 17,5 bilhões em 2009, o equivalente a cerca de 0,5% do PIB. Pela legislação, as despesas com esses programas de investimento podem ser abatidas do resultado fiscal para efeito de cumprimento da meta. Mas o governo não precisará descontar todos os R\$ 17,5 bilhões a que tem direito, mesmo levando em conta que as empresas estadais também não conseguiram cumprir integralmente a sua parte no esforço fiscal.

As estadais deveriam ter chegado ao fim do ano com uma economia equivalente a 0,20% do PIB, mas não atingiram esse percentual. O valor do abatimento dependerá da consolidação das contas dos Estados e municípios, que ainda está sendo feita.

O governo teve dificuldade para cumprir a meta fiscal no ano passado por causa do cenário de forte queda da arrecadação tributária - reflexo da retração da atividade econômica e aumento da inadimplência dos contribuintes. Por isso, teve de recorrer ainda a uma série de manobras para engordar o caixa, como tomar emprestado R\$ 3,5 bilhões do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no último dia do ano. A operação foi necessária para dar margem de segurança ao governo federal, já que os governos regionais e as estadais não conseguiram cumprir as suas metas de superávit.

CORRIDA MALUCA

Para tentar alcançar a meta, até 23 de dezembro o Ministério da Fazenda também segurou as chamadas despesas de custeio - gastos com material de escritório, viagens, pagamento de serviços, etc. O represamento desses gastos provocou uma enorme pressão de outros ministérios pela liberação de verbas.

A pressão veio também de parlamentares, interessados em desbloquear recursos para projetos que conseguiram incluir no Orçamento por meio de emendas feitas durante a discussão da lei orçamentária no Congresso.

Nos três últimos dias do ano, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, ficou de plantão em Brasília para administrar o frenético ritmo de pagamento e empenho (comprometimento) de despesas dos ministérios. Trabalho que só terminou para a equipe técnica dos principais ministérios por volta das 11h40 do dia 31.

O ritmo tradicionalmente acelerado de virada de ano se intensificou também porque 2010 é o último ano do governo Lula e todos os ministérios - e também os parlamentares - queriam garantir o empenho de despesas ainda em 2009 para que elas possam ser executadas neste ano, como exige a lei. Se não forem empenhadas, as verbas devem ser canceladas.

Um experiente técnico da área de Orçamento do governo classificou o clima de "verdadeira corrida maluca" para empenhar recursos. Vários deputados fizeram até mesmo corpo a corpo na Secretaria do Tesouro, no último dia do ano, para garantir recursos para as emendas que apresentaram ao Orçamento.

O lobby dos parlamentares em alguns casos chegou aos próprios ministros, que tiveram interrompido o descanso de fim de ano. O governo ainda não consolidou o volume de despesas empenhadas em 2009 que serão transferidas como "restos a pagar" para este ano, mas calcula-se que o valor vai superar R\$ 60 bilhões.

NÚMEROS

R\$ 17,5 bilhões é o total das despesas com o Projeto Piloto de Investimento (PPI), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida"

0,20% do PIB é a economia que as estatais deveriam ter chegado ao fim do ano, mas não conseguiram atingir o percentual

R\$ 3,5 bilhões foi o montante que o governo tomou emprestado do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no último dia do ano para reforçar o superávit

R\$ 60 bilhões é o volume estimado de despesas empenhadas que serão transferidas como "restos a pagar" este ano ainda não consolidado pelo governo

Entrada de dólares no País em 2009 foi a 3º maior da história (O Estado de SP) **07/01/2010**

Segundo o Banco Central, US\$ 28,7 bilhões ingressaram na economia

Fernando Nakagawa

BRASÍLIA

O fluxo de dólares para o Brasil voltou ao terreno positivo em 2009 e, no primeiro ano após o estouro da crise, o País atraiu o terceiro maior volume de recursos da história. Dados do Banco Central (BC) mostram que US\$ 28,7 bilhões ingressaram na economia no ano passado.

Dois terços desse volume foram atraídos pelas aplicações em ações, títulos de renda fixa e investimentos produtivos, que receberam US\$ 18,8 bilhões, novo recorde histórico. O restante ingressou graças às exportações que, apesar de terem caído na comparação com 2008, ainda superaram as importações em US\$ 9,9 bilhões.

O crescimento do chamado fluxo cambial também permitiu que o BC reforçasse ainda mais as reservas internacionais do País. Desde maio, quando retomou os leilões diários de compra de moeda estrangeira, o BC adquiriu no mercado US\$ 27,4 bilhões - o equivalente a 95,6% do volume de recursos externos que ingressou na economia em todo o ano.

O retorno dos dólares ao Brasil começou a ocorrer apenas sete meses após o agravamento da crise em meados de setembro de 2008. Desde abril, o fluxo cambial é positivo todo mês. Entre abril e dezembro de 2009, o País recebeu US\$ 31,7 bilhões. O valor foi mais que suficiente para cobrir o rombo de US\$ 21,1 bilhões gerado pelos estrangeiros que deixaram o País entre outubro de 2008 e março de 2009, no auge da crise.

"Quando a crise estourou, o estrangeiro cancelou as operações de maior risco, inclusive no Brasil, para deixar o dinheiro em caixa, disponível. Passada a crise, ele passou a olhar o Brasil como a bola da vez porque a economia está reagindo

antes do resto do mundo e ainda temos uma bela taxa de juro", diz o professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) Fábio Kanczuk.

Em 2008, o fluxo cambial havia ficado negativo em US\$ 983 milhões. Somente no segmento de investimentos financeiros e produtivos, houve saída líquida de US\$ 48,8 bilhões.

Esse cenário, no entanto, se inverteu completamente e o País passou a ser um novo polo de atração de recursos, o que se comprovou em outubro, quando a subsidiária brasileira do Santander vendeu ações em São Paulo e Nova York e captou US\$ 7,7 bilhões, dos quais US\$ 6 bilhões com estrangeiros. Foi a maior oferta de ações em todo o mundo em 2009.

No comércio exterior, porém, os números não foram tão exuberantes. Com o desaquecimento da economia global e a falta de financiamento para exportadores e importadores, o volume de dólares que ingressou por essa via despencou 79% na comparação com 2008, no pior resultado desde 2000.

Para 2010, o professor da USP acredita que o crescimento da economia brasileira vai fazer piorar os números do setor. Para ele, as importações de máquinas e bens de consumo crescerão rapidamente e devem atingir patamar semelhante ao das exportações, o que deve zerar o saldo comercial. Por outro lado, ele avalia que há espaço para que mais estrangeiros apliquem seus dólares em empresas e no mercado.

Executivo da Galp diz desconhecer negociação com Petrobras (Estadão Online 07:44h) 07/01/2010

Presidente do conselho da empresa diz, porém, que entrada na Petrobras na capital da Galp seria 'interessante'

Marcílio Souza, da Agência Estado

MADRI - O chairman da Galp Energia, Francisco Murteira Nabo, disse que a entrada da Petrobras no capital da petroleira portuguesa seria "interessante", mas acrescentou que não está ciente dessas negociações, informou o jornal português Diário Económico hoje.

Na última terça-feira, o mesmo jornal havia informado que a Petrobras negociava a compra da fatia de 33,34% da italiana Eni na Galp. Representantes das três companhias recusaram-se a comentar o assunto.

A Eni e o português Grupo Amorim, que possui outro terço da Galp, fazem atualmente parte de um pacto de acionistas que os impede de vender suas fatias na petroleira. O pacto, no entanto, expira no final de 2010.

As informações são da Dow Jones.

Cientistas fazem suas apostas para 2020 (O Estado de SP) 07/01/2010

Especialistas apontam foco em tecnologias sustentáveis; entre as previsões, está a substituição do teclado pela leitura de sinais do cérebro

Alexandre Gonçalves

Na sua primeira edição do ano, a revista Nature convidou 18 especialistas para responder à pergunta: "Como estará seu campo de pesquisa em 2020?" Cientistas de áreas tão diferentes como a demografia, as pesquisas energéticas e a biologia sintética formularam previsões, sem omitir possíveis obstáculos para os avanços.

Entre os pontos comuns estão, por exemplo, a necessidade de financiamento, principalmente em um mundo pós-crise econômica, e o foco em pesquisas que envolvam tecnologias sustentáveis. Ao apontar as previsões, aparecem desde questionamentos hoje já colocados - "Quantos planetas semelhantes à Terra existem?" - até projetos futuristas. Nesses está a previsão de Peter Norvig, da Google, de que a próxima década deverá aposentar o teclado como principal dispositivo para as buscas na internet: perguntas faladas substituirão as frases digitadas. E ocorrerão as primeiras experiências de buscas coordenadas pela leitura de sinais do cérebro (veja ilustração 1).

Até hoje, boa parte das terapias para doenças mentais apenas diminui os sintomas observados. Com os avanços dos próximos dez anos, o psiquiatra americano Daniel Weinberger prevê que será possível propor terapias e diagnósticos

baseados nas complexas causas biológicas das doenças, e não só nos sintomas (ilustração 5). "Estaremos prestes a realizar o sonho de Freud de uma psicologia biológica", diz o cientista.

Wagner Gattaz, do Instituto de Psiquiatria da USP, concorda. "Estamos ingressando na era da medicina personalizada: os tratamentos serão específicos", aponta. Para David Goldstein, da Universidade Duke, responsável pela seção Medicina Personalizada no artigo da Nature, "milhões de pessoas poderão ter seus genomas sequenciados".

Os debates éticos também deverão se acirrar. Hoje, discute-se o aborto nos casos de anomalias consideradas incompatíveis com a vida. No futuro, será possível identificar, ainda no útero, quando um embrião tem grandes chances de desenvolver um certo tipo de tumor ou uma doença psiquiátrica grave. Goldstein aposta que o debate será mais complexo (ilustração 3).

Os cientistas apontam ainda para um mundo mais verde. Daniel Kammen, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, acredita que 80% da matriz energética poderá vir de fontes limpas, como vento, luz do Sol ou energia nuclear (ilustração 4). Segundo o cientista do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares José Augusto Perrotta, o sonho pode se tornar realidade, mas depende do comprometimento dos países que mais consomem carvão e óleo para produzir energia: China, Rússia, Índia e Estados Unidos.

O futuro também ajudará a elucidar o passado. Leslie Aiello, da Fundação Wenner-Gren, aposta em um maior investimento na procura de fósseis de antepassados humanos na Ásia. Até agora, África e Europa concentram as descobertas (ilustração 2).

Os tradicionais chips eletrônicos poderão ser substituídos por circuitos biológicos.

Lasers mais precisos permitirão discos com armazenamento na ordem dos petabytes - dez mil vezes a capacidade de um computador de mesa hoje.

Pedro Parente é o novo CEO da Bunge Brasil (O Estado de SP) 07/01/2010

Executivo, ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, foi o responsável pela profissionalização da gestão do grupo RBS

Eduardo Magossi

A multinacional Bunge anunciou internamente ontem que Pedro Parente, ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso e que vinha ocupando o cargo de vice-presidente executivo do grupo RBS, será o novo presidente da Bunge Brasil, a holding do grupo no País. Ele assumirá o cargo na segunda-feira. Tradicional em operações com grãos e fertilizantes, a Bunge vem ampliando significativamente suas atividades também no setor sucroalcooleiro. No final de 2009, anunciou a compra do controle do Grupo Moema.

A Bunge Brasil é a holding controladora das empresas Bunge Alimentos (dona de marcas como as margarinas Delícia e Primor e os óleos Soya e Salada) e Bunge Fertilizantes (que detém marcas como Manah, Iap e Ouro Verde). Com o avanço agora na área de açúcar e álcool, uma nova unidade pode ser criada especificamente para esse setor. Em 2008, o grupo registrou no Brasil uma receita de R\$ 31,7 bilhões.

Em comunicado interno, o presidente mundial da Bunge, Alberto Weisser, informou que os atuais presidentes da Bunge Alimentos, Sérgio Waldrich, e da Bunge Fertilizantes, Mário Barbosa, passarão a se reportar diretamente a Pedro Parente. E deixa claro também que seu objetivo é que as unidades deixem de funcionar como empresas independentes e passem a trabalhar como negócios complementares, no qual se insere a nova aposta do grupo, a área de açúcar e bioenergia.

Parente foi um dos principais ministros do governo Fernando Henrique Cardoso. Foi o chefe da Casa Civil da Presidência da República e também assumiu, no segundo mandato de Fernando Henrique, o "ministério do apagão" ? foi ele quem coordenou as estratégias do racionamento de energia vivido no País em 2001.

Em 2002, deixou a vida pública e assumiu a vice-presidência da RBS. Ele foi o responsável pela profissionalização da gestão da companhia, incluindo a reestruturação financeira. Em 2008, Parente conduziu as negociações da venda de 12,64% do controle da RBS para o grupo Gávea, do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, seu companheiro no governo FHC. Em função de sua participação nas negociações, o executivo participa hoje do Conselho de Administração da RBS.

GE terá centro de pesquisa no Brasil (O Estado de SP) 07/01/2010

Três Estados disputam investimento

Com pelo menos US\$ 120 milhões garantidos para investimentos no Brasil em 2010, a General Electric reforçou ontem seus planos na região com o anúncio da instalação de um novo centro de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da empresa no País. Será a quinta unidade de P&D da companhia no mundo, que mantém centros na China, Índia, Alemanha e Estados Unidos, e a primeira na América Latina. "O anúncio demonstra a importância do País para a GE, uma vez que é a ciência, a pesquisa e o desenvolvimento que fazem a riqueza de uma companhia", afirmou o presidente global da GE, Jeff Immelt, que veio ao Brasil esta semana fazer o anúncio.

Os executivos da matriz também devem vir ao País nos próximos meses para definir a localização do novo centro tecnológico. Segundo a assessoria do grupo, as negociações para receber o investimento estão mais avançadas em três Estados da região Sudeste. Governos e universidades têm interesse em receber a estrutura, uma vez que a GE é uma das companhias que mais investem em P&D no mundo: são cerca de US\$ 6 bilhões por ano. A companhia não revelou, no entanto, quanto será investido no centro de pesquisa brasileiro. Após a definição do local, a ideia é tirar o projeto do papel em até 15 meses.

Para o presidente da multinacional americana, a decisão leva em conta o potencial de crescimento da operação brasileira nos próximos anos. Na última década, diz ele, a filial triplicou de tamanho. No ano passado, a GE no Brasil foi responsável por quase 40% da faturamento da América Latina, ou US\$ 3 bilhões de um total de US\$ 7,8 bilhão. "As maiores oportunidades estão em petróleo e gás, infraestrutura, aviação e healthcare (área médica)", destaca Immelt.

O foco nesses setores fica claro no direcionamento dos US\$ 120 milhões previstos para investimentos para o Brasil este ano ? que não incluem os aportes para criação do novo centro de pesquisa. Cerca de US\$ 50 milhões serão investidos em uma nova fábrica de equipamentos médicos em Contagem (MG), que deve entrar em operação no terceiro trimestre. O negócio de manutenção de turbinas de aeronaves da GE, em Petrópolis (RJ), receberá a segunda maior fatia dos recursos: US\$ 35 milhão serão destinados à expansão da unidade. No futuro, a companhia pretende avançar na fabricação das turbinas na fábrica fluminense.

Também serão aplicados US\$ 12 milhões na ampliação da capacidade da fábrica de locomotivas da companhia, também na cidade mineira ? a empresa acaba de fechar um contrato para entrega de 50 locomotivas para a Rumo, braço de logística do grupo de açúcar e álcool Cosan. Outros US\$ 21 milhões vão para expansão de linhas de produção na unidade de fabricação de equipamentos de perfuração de petróleo da GE, a Vetco Gray. De acordo com a companhia, o potencial de negócios com o governo brasileiro, que envolvem fornecimento para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e exploração de petróleo e gás, é de cerca de R\$ 10 bilhões.

Segundo Immelt, a empresa também pretende aumentar as exportação do grupo via Brasil. "As unidades de healthcare e petróleo e gás podem ser grandes exportadoras, a exemplo de nossa área de locomotivas", explicou.

Agroenergia:

Alcofra pode ter primeira usina de açúcar no país (Valor Econômico) 07/01/2010

Fabiana Batista, de São Paulo

"Mesmo que o foco seja etanol, é prudente em um projeto também agregar açúcar e energia", diz o CEO da Alcofra. Depois de avaliar cerca de 40 usinas no Centro-Sul do Brasil, o grupo belga Alcofra, que movimenta mundialmente mais de 1 bilhão de litros de etanol, não descarta também investir em açúcar e energia no país. Apesar de a empresa ser uma trading de álcool, os preços atrativos da commodity são um bom argumento para a diversificação. A meta da companhia - que desde 2007 está presente no Brasil como produtora com a aquisição de 49% na destilaria Tabu (PB) - é fechar um acordo no Brasil nos próximos dois meses, segundo o CEO da Alcofra Bio Energy, o francês naturalizado brasileiro, François Legleye.

"As usinas de açúcar hoje têm sua atratividade. Dependendo do tamanho da usina, ou seja, da dimensão da moagem, é prudente termos açúcar e energia", afirmou o executivo ao Valor. Se, de fato, fechar a negociação com uma usina que também produz açúcar, será o primeiro projeto mundial da belga com esse produto. Além de metade da destilaria Tabu, a Alcofra também tem produção de álcool (de melão e de cereais) na África do Sul e na Europa.

Legleye não comenta, mas fontes do setor afirmam que a empresa belga está há alguns meses em negociação com a usina Uberaba, unidade mineira pertencente à indústria Cadelma e à família Balbo, esta última com outras duas usinas no Estado de São Paulo. Segundo essas mesmas fontes, as negociações com a destilaria estão avançadas.

Há informações também de que, além da Uberaba, a família Balbo estaria disposta a negociar as outras duas unidades paulistas, mas não com a Alcotra, que não estaria interessada nos três ativos. Procurados, diretores da Uberaba não retornaram as ligações. O foco da Alcotra é comprar uma usina que tenha potencial para crescer e atingir 3 milhões de toneladas, perfil da Uberaba.

Sem dar detalhes sobre a usina mineira, Legleye garante que das mais de quatro dezenas de unidades que chegou a estudar em 2009, duas ou três estão, realmente, sendo avaliadas mais a fundo. Elas estariam localizadas, obviamente, em Minas Gerais, e também em Goiás e em Mato Grosso do Sul.

Entre as avaliadas pela Alcotra, estava a Total Agroindústria Canavieira S.A., que tem usina de álcool em Bambuí (MG) e que, na última semana de dezembro, teve 40% do seu capital adquirido pela Petrobras Biocombustíveis. "Não acho que os bons ativos à venda já estejam repartidos entre todos os potenciais compradores. A consolidação levará anos".

Metade das empresas prevê ampliar capacidade este ano (Valor Econômico) 07/01/2010

Folhapress, de São Paulo

Quase metade das indústrias (48%) pretende ampliar os investimentos neste ano, enquanto 17% projetam que haverá diminuição no valor dos aportes, de acordo com sondagem realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A melhora do ambiente dos negócios, a elevação do nível de uso da capacidade instalada e da confiança dos empresários se refletiram nas previsões. Todas as projeções para 2010 são mais favoráveis do que as feitas para 2009, quando o setor foi afetado pela crise internacional, mas são inferiores ao que se esperava para 2008.

A maior alta na previsão de investimentos foi registrada em bens duráveis de consumo, cujo percentual de aumento é o maior da série (58%). A elevação da renda, a prorrogação da redução do IPI em alguns segmentos e as condições favoráveis do crédito devem sustentar o dinamismo do setor, de acordo com a FGV, que consultou 762 empresas, com vendas totais de R\$ 459,9 bilhões em 2008.

Na área de bens de capital, que reflete o aumento de investimentos em máquinas e equipamentos, 14 dos 21 itens pesquisados apresentaram previsões superiores às de 2009, e sete, inferiores. O setor está sendo influenciado pela política de incentivos do governo, como as desonerações tributárias, e pelo programa de sustentação dos investimentos do BNDES, que oferece uma linha de crédito a juros baixos e prazos longos.

Neste ano, pela primeira vez, a faixa que atingiu maior percentual entre os empresários que pretendem ampliar investimentos é a de expansão acima de 20% - apontada por 33% dos entrevistados. O crescimento entre 10,1% e 20% é previsto por 20% das empresas, enquanto 32% esperam ampliação entre 5,1% e 10%. Outros 15% acreditam em alta entre 0,1% e 5%.

As previsões para 2010 são mais animadoras do que as de 2009, principalmente para bens duráveis de consumo, que devem continuar sendo beneficiados pelo bom desempenho dos negócios no mercado interno.

A parcela de empresas que projetam aumento das vendas em 2010, já descontada a inflação do período, é de 69%, acima de 2009 (62%), mas abaixo de 2008 (71%). A proporção de empresas que planejam faturar menos diminuiu de 12% para 8%.

A sondagem também prevê ampliação do quadro em 2010, mas em percentual inferior ao dos investimentos e do faturamento. De acordo com a pesquisa, 40% empresas pretendem contratar, enquanto 12% programam demissões. O setor de bens de capital é o que alcança o maior percentual de previsão de contratação em 2010 (53%). Dos 21 gêneros industriais, 18 pretendem ampliar o contingente de mão de obra em relação às previsões feitas para 2009.

Capital de risco: Fundo de ex-sócios do Pactual começa a ser desfeito, seguindo separação ocorrida no banco

PCP desinvestirá 80% do patrimônio (Valor Econômico) 07/01/2010

Vanessa Adachi, Tatiana Bautzer e Daniela D'Ambrosio, de São Paulo

Com a venda da participação detida na Light à Cemig na virada do ano e a oferta pública de ações da PDG Realty anunciada nesta semana, o fundo Pactual Capital Partners, criado para gerir o capital excedente de 69 sócios e associados do Banco Pactual em 2001, vai se desfazer de cerca de R\$ 2,5 bilhões em investimentos, o equivalente a cerca de 80% do seu patrimônio. A venda da fatia na Light rendeu cerca de R\$ 450 milhões e a fatia de 28,6% na PDG vale quase R\$ 2 bilhões em bolsa.

Com isso, começa a se desenhar o fim do fundo, que já era esperado desde que terminou definitivamente a sociedade em torno do banco, quando André Esteves recomprou a instituição dos suíços do UBS no segundo semestre do ano passado. O fundo foi criado no início da década para alinhar o interesse dos sócios ao investir o excesso de capital gerado pelo banco. A ideia era que todos aplicassem juntos e não fossem tentados a dedicar menos atenção ao banco para gerenciar sua própria fortuna, como acontecera com a geração mais antiga de sócios. Agora, essa necessidade não existe mais e o que todos desejam é liberdade. Nos últimos meses ficou clara a existência de "facções" dentro do Pactual.

Esteves manteve a seu lado cerca de 25 dos sócios originais do banco no novo BTG Pactual. Essa turma detém cerca de 40% das cotas do PCP. Gilberto Sayão, que compartilhava o controle do Pactual com Esteves, fundou a Vinci Partners, para dar sequência ao trabalho iniciado como gestor do próprio PCP. Com ele, estão outros 20 ex-sócios do Pactual, que também detém cerca de 40% de cotas. Outros 20% são detidos por sócios que seguiram caminhos distintos, sendo que o principal grupo acaba de fundar a butique financeira Plural - entre eles, Rodolfo Riechert e André Schwartz. Os dois têm mais de 5% das cotas do PCP.

A operação de mercado da PDG não necessariamente representará venda das participações. Todos os cotistas do PCP poderão exercer direito de preferência de compra na oferta pública e, no limite, manter exatamente a mesma participação. A Vinci, que tem direito a ficar com até 11,44% do capital da PDG, foi a única a anunciar publicamente a intenção de comprar ao menos 10% do volume ofertado. Com isso, ficaria com 2,86% do capital da PDG. Mas, segundo o Valor apurou, a intenção é adquirir mais e se posicionar como o maior ou um dos maiores investidores da incorporadora imobiliária. Assim, a Vinci, de Sayão e Alessandro Horta, ambos conselheiros da empresa, pretende manter a influência decisiva que possui na gestão - Sayão preside o conselho. Esteves também poderá manter parte das ações, mas ainda não se posicionou formalmente a respeito. Como as ações da PDG passarão a ter liquidez para todos os cotistas do PCP, também não existe pressa em vender. Alguns poderiam exercer o direito de compra para venda posterior.

A decisão de ofertar publicamente as ações da PDG foi tomada por Sayão e Horta e informada a Esteves em reunião na semana passada. Gilberto Sayão é o gestor do PCP. Outra alternativa que chegou a ser estudada para dar liquidez aos sócios que desejassem sair do capital da PDG Realty foi distribuir as ações diretamente aos cotistas do fundo. Mas avaliou-se que isso poderia gerar insegurança no mercado, pois não haveria uma política clara e transparente de venda dos papéis - cada indivíduo poderia vender sua fatia quando e como quisesse.

O desempenho do PCP em Light e PDG foi excelente. O investimento feito pelo PCP para criar a PDG do zero foi de R\$ 50 milhões e a fatia acionária agora vale cerca de R\$ 2 bilhões - sem contar ações vendidas em oferta pública recente.

O Valor apurou que, embora o fundo tenha até 2011 para ser extinto, pode acabar ainda este ano. A Vinci Partners seria uma compradora natural para as participações de sócios interessados em sair da empresa de moda Inbrands e da agropecuária Los Grobo Brasil. As duas estão em fase de investimento e desenvolvimento, o que torna mais improvável sua venda a terceiros. Devem passar por uma avaliação para determinação de preço e negociação entre os sócios.

O caso mais complicado é o da distribuidora maranhense Cemar, único ativo remanescente na holding Equatorial Energia após a venda das ações da Light. Como a Equatorial tem ações na bolsa, a operação é mais complexa. Além disso, como concessionária de serviço público, a Cemar precisa ter controlador definido, o que também torna a solução mais difícil. O PCP desistiu dos planos de se tornar um consolidador do setor elétrico, mas não necessariamente a empresa será vendida agora - tudo dependerá de preço.

Os cotistas do fundo PCP têm até sete dias antes da precificação dos papéis da PDG para decidirem se querem exercer o direito de preferência, o que deve acontecer provavelmente no dia 27 de janeiro. Hoje, o fundo PCP já não detém a maioria acionária da incorporadora. Mas, com a oferta de ações, a base acionária ficará mais pulverizada e a empresa passará a funcionar como uma "full corporation".

Junto com a operação, a empresa anunciou um pacote polpudo de stock options, que amarra 16 executivos, entre eles cinco diretores e o presidente da companhia, Zeca Grabowsky por um período de quatro anos. Serão distribuídas 17,6 milhões de ações em quatro tranches anuais. A oferta acaba com uma certa cobrança de investidores, que estavam ansiosos com a perspectiva de fim do fundo PCP em 2011 e queriam uma sinalização clara do que ocorreria com a estrutura societária da empresa.

A PDG está entre as mais recomendadas pelos analistas e, ao lado da MRV, figura entre as mais beneficiadas pelo pacote habitacional do governo.

Exemplo do Santander deve ser seguido por outras empresas estrangeiras, como a subsidiária da francesa Dreyfus.

Múltis avaliam captar no Brasil (Valor Econômico) 07/01/2010

Por Cristiane Perini Lucchesi e Ana Paula Ragazzi, de São Paulo

Depois do sucesso da emissão pública inicial de ações do Santander no Brasil, filial do banco espanhol, outras companhias estrangeiras avaliam entrar na onda e buscar sócios para suas subsidiárias no mercado de capitais brasileiro. A ideia é atrair o investidor interno e principalmente o externo pela perspectiva de crescimento do Brasil, maior do que dos países da matriz dessas empresas, além de se aproveitar de preços comparativamente mais favoráveis na bolsa de São Paulo do que nas bolsas dos países ricos. Os setores de infraestrutura, instituições financeiras, commodities, varejo, imobiliário e de bens de consumo em geral, que mais tendem a se beneficiar da expansão econômica brasileira, deverão ser os mais ativos, acreditam os bancos.

Um nome já certo a fazer uma oferta pública de ações é o da subsidiária da companhia francesa Louis Dreyfus Commodities, que comprou a Santelisa Vale. Outra companhia citada pelos bancos e advogados é a americana Avon. As instituições financeiras não quiseram comentar o assunto, mas o Valor apurou que o Credit Suisse e o BTG Pactual se preparam para assessorar uma estrangeira do setor de navegação marítima que pretende emitir ações na bolsa do Brasil. Também foram citados a hispano-argentina Repsol, a portuguesa Galp e a holandesa Makro.

Um outro nome bastante óbvio para lançar papéis no país seria o francês Carrefour, que foi procurado por todos os bancos de investimento com propostas as mais distintas nesse sentido. O grupo, no entanto, parece estar com caixa de sobra e não pretende realizar o negócio neste momento, conforme tem sinalizado aos escritórios de advocacia e instituições financeiras.

A Avon também está cheia de caixa, mas tem planos de expansão vigorosa no mercado interno brasileiro. Pretende que o país seja o motor de sua expansão mundial e precisa de mais recursos para investimentos e poderia usar a Bovespa para isso. Procurada pelo Valor, a Avon informou, por meio da assessoria de imprensa, que não comenta rumores de mercado nem especulações. No segundo trimestre do ano passado, o Brasil passou os Estados Unidos na primeira vez da história da empresa na colocação do seu principal mercado consumidor. Criada nos Estados Unidos em 1939, a Avon chegou ao Brasil em 1958 e já no ano seguinte inaugurou uma fábrica em São Paulo.

Já a subsidiária do grupo Louis Dreyfus Commodities avalia uma captação no mercado de ações há tempos, mesmo antes de anunciar a incorporação da Santelisa Vale, que criou a LDC-SEV, para a produção de energia renovável a partir da cana-de-açúcar. Agora, um dos objetivos da transação seria reestruturar a intrincada estrutura de capital da LDC-SEV e seus passivos.

O grupo francês injetou com investidores R\$ 800 milhões na SantelisaVale, que estava em dificuldades, com dívidas grandes e em constante renegociação com os credores. Parte dessas dívidas foram convertidas em capital. No final, o Louis Dreyfus ficou com 60% de participação. Os antigos acionistas da Santelisa, que incluem as famílias Biagi e Junqueira Franco, além do BNDES e do Goldman Sachs, ficaram, juntos, com 18%. Os bancos credores ficaram com 9% do capital da empresas e investidores financeiros acabaram com 13%.

Uma emissão de ações da Louis Dreyfus no Brasil seria fundamental para que a empresa possa continuar a se manter entre as líderes do setor de açúcar e etanol no mercado brasileiro. Mesmo antes de comprar a Santaelisa, em setembro de 2007, a LDC chegou a iniciar o processo para uma oferta de ações, mas ele foi interrompido em razão da piora das condições do mercado.

Os bancos de investimento são unânimes em afirmar que inúmeras outras transações desse tipo serão possíveis, pois os chamados múltiplos, que relacionam o valor de mercado da empresa com seu lucro ou ainda com um indicador de

geração de caixa (resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) estão mais favoráveis no Brasil do que no mercado externo (ver tabela nesta página). Na Bolsa de Valores de São Paulo, esses múltiplos chegam a ser 40% maiores do que nos mercados acionários dos principais países desenvolvidos. Isso significa, na prática, que é mais barato para as companhias estrangeiras emitir ações no mercado brasileiro do que nos países ricos.

No setores industrial, de energia, de telecomunicações e financeiro, a relação preço/lucro no mercado de ações brasileiro é até mais favorável do que na China, segundo estudo da Itaú Securities.

"Com o grau de investimento obtido pelo Brasil e o sucesso do país em meio à crise, há inúmeros fundos de todo o mundo buscando alternativas para ampliar seus investimentos no mercado de ações brasileiro", diz Guilherme Paes, responsável pelo banco de investimento do BTG Pactual. "As subsidiárias de empresas estrangeiras no Brasil são uma boa alternativa de diversificação para esses fundos", comenta ele.



Ele lembra que o importante é que as companhias que pretendam fazer a emissão de ações tenham presença forte no mercado local brasileiro.

José Olympio Pereira, responsável pelo banco de investimento do Credit Suisse, lembra que, ao abrir o capital de suas subsidiárias aqui, as multinacionais poderão durante este ano destacar para os investidores todo o valor de um ativo que fica mascarado e escondido no seu balanço global. E ganhar dinheiro com isso. "O benefício dos múltiplos mais favoráveis é inegável", diz.

João Teixeira, vice-presidente do Santander, concorda que o movimento de multinacionais emitindo ações no mercado brasileiro será forte, mas ressalta que é necessário ter boas histórias para contar. Segundo ele, inúmeros projetos do setor de infraestrutura deverão buscar sócios no mercado acionário, visto que os retornos exigidos são hoje menores do que os 20% a 25% dos fundos de "private equity", que compram participações em empresas para depois vendê-las com lucro. "Inúmeros 'project finances' de valor maior irão ao mercado em 2010", diz.

As montadoras também chegaram a ser citadas como múltiplas candidatas a abrir capital no Brasil, principalmente a Fiat, mas dirigentes de banco de investimento acham o movimento pouco provável. Afinal, as filiais dessas empresas instaladas no país têm remetido lucros e dividendos em volumes consideráveis para socorrer suas matrizes problemáticas. Acionistas minoritários no mercado interno brasileiro poderiam ser um empecilho a esse tipo de estratégia.

É importante que os minoritários interessados em adquirir ações dessas companhias se lembrem do caso da Dufry South America (DSA). A empresa, que opera as lojas isentas de impostos nos aeroportos brasileiros, fez um empréstimo em 2007 de US\$ 35 milhões para a controladora Dufry AG, listada na Suíça. Diante do mal-estar entre os investidores brasileiros, um ano depois a companhia sinalizou que o empréstimo seria liquidado, o que não se confirmou e derrubou a cotação das ações da DSA na bolsa. Diante da pressão dos investidores, o empréstimo foi encerrado dois meses depois.

No entanto, a partir de então, em vez de transferir recursos para a matriz, a DSA passou a acumular caixa - ao final do terceiro trimestre era de US\$ 255,4 milhões. A empresa alega que precisa dos recursos para a expansão na América Latina. Mas os minoritários desconfiam que a única aquisição de peso possível seja na Argentina e, para tanto, os recursos seriam mais que suficientes. Os minoritários pressionam para que os recursos em caixa sejam distribuídos no Brasil.

Entre as empresas já listadas na bolsa brasileira com controle estrangeiro há a AmBev, o Santander, a Comgas, a Dufry South America, a EDP, a Eletropaulo, a Guarani, a GVT, a OHL, o Pão de Açúcar, a Souza Cruz, a SulAmerica, a Tractebel, a Transmissão Paulista, a Vivo e a TIM. (Colaboraram Tatiana Bautzer e Vanessa Adachi, de São Paulo)

Brasil pode ser fonte de exportações, diz presidente global da GE (Valor Econômico) 07/01/2010

Valor Online

SÃO PAULO - A maior oportunidade para a General Electric (GE) Brasil é o país se tornar um centro exportador. A afirmação foi feita ontem pelo presidente mundial da GE, Jeff Immelt.

Em sua quarta visita ao país, desde quando tomou posse do cargo, em 2001, o executivo esteve em São Paulo e enfatizou o foco da companhia nos setores que envolvem infraestrutura no Brasil.

Ele afirmou ainda a credibilidade que dá ao setor de aviação, com forte potencial de ganhar o desejado posto de fonte de exportações da empresa no país.

"Estamos impressionados com o desenvolvimento econômico do Brasil. Há muitas oportunidades e a Embraer está fazendo um bom trabalho", afirmou o executivo, destacando um dos principais clientes do braço de aviação da empresa no Brasil.

Os números não negam a coerência da estratégia. Dos US\$ 7,8 bilhões em faturamento acumulados pela GE América Latina no ano passado, US\$ 3 bilhões vieram do Brasil. Do montante faturado pela empresa no país, US\$ 1,2 bilhão são resultado das operações de aviação, o primeiro negócio a ultrapassar a marca do US\$ 1 bilhão na região latino-americana.

Com esse foco, a companhia anunciou ontem seus primeiros planos de investimentos no país em 2010. Serão aplicados US\$ 120 milhões em setores como energia, aviação e saúde, sendo que, deste montante, US\$ 35 milhões vão para a GE Celma, braço de manutenção de turbinas para aeronaves localizada em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

A ideia da multinacional é alocar os recursos no aumento da capacidade de manutenção da unidade e avançar ainda para a produção de turbinas no Brasil.

"Precisamos ampliar a operação na Celma. Há oportunidades, pois a quantidade de empresas fora do Brasil que fazem manutenção por ela é imensa", afirmou ao Valor o presidente da companhia no Brasil, João Geraldo Ferreira.

"Produzir turbinas está no nosso radar", completou, sem afirmar quando isso deve acontecer. A diretoria da companhia, no entanto, afirma que o objetivo é começar a produção ainda neste ano.

A oportunidade de ser um centro de exportações vem em concomitância com a importância que o país tem assumido na empresa. Jeff Immelt veio ao país justamente analisar novas oportunidades de investimentos e negócios em infraestrutura e citou os setores de saúde, energia, gás, aviação e transporte como os mais promissores neste sentido.

"Eu ficaria muito decepcionado se a GE Brasil não crescesse substancialmente frente ao que é hoje nos próximos anos", disse. Nos últimos cinco anos, a companhia vem apresentando uma média de expansão de 12% ao ano no país.

O executivo veio ainda anunciar que o Brasil deve abrigar o novo centro de pesquisas da GE, inaugurando a rede na América Latina. A multinacional tem outros quatro centros de pesquisas: na Índia, nos EUA, na China e na Alemanha.

Immelt, entretanto, não especificou o tamanho, a localização, nem os investimentos a ser realizados nesse centro, termos que devem ser dialogados com o governo.

"Com uma forte base industrial e universidades de primeira linha, o Brasil é a escolha lógica para nossa próxima instalação", concluiu o executivo.

(Vanessa Dezem | Valor)

Energia (Valor Econômico - Agenda) 07/01/2010

A Eletronuclear participa do 33rd IAEE International Conference, encontro do setor de energia que dura até sábado. Promovido pela International Association for Energy Economics (IAEE), o encontro tem como tema o futuro da energia.

Data: até 9 de janeiro

Local: Hotel Intercontinental, Rio

Informações: www.ab3e.org.br/rio2010/

Petroquímica: Companhia pode subir ao 5º lugar no ranking internacional

Fusão com Quattor e novos ativos turbinam Braskem (Valor Econômico) 07/01/2010

Stella Fontes e Mônica Scaramuzzo, de São Paulo

A "nova Braskem" poderá, no curto prazo, entrar no grupo das cinco maiores petroquímicas do mundo por produção de eteno, matéria-prima do polietileno, uma das principais resinas termoplásticas. Hoje, segundo ranking da consultoria Maxiquim, a companhia que combina ativos de Braskem e Quattor ocupa a 11ª posição, com capacidade de produção de 3,7 milhões de toneladas por ano, e está encostada na Chevron Phillips, 10ª colocada com 4 milhões de toneladas ano - a liderança fica com a Dow Chemical, com 10,7 milhões de toneladas. Contudo, considerando-se projetos já anunciados pela Braskem, em pouco tempo a companhia brasileira deverá superar as 5 milhões de toneladas anuais de eteno, passando a fazer parte do grupo das cinco maiores.

Em novembro do ano passado, a companhia controlada pela família Odebrecht anunciou parceria com a mexicana Idesa para construção de um complexo petroquímico integrado no México, com investimento estimado em US\$ 2,5 bilhões e início das operações em 2015. Na Venezuela, a empresa está trabalhando em dois empreendimentos, um voltado à produção de polietileno, com previsão de aporte de US\$ 2,6 bilhões, e outro direcionado a polipropileno, orçado em US\$ 880 milhões. Os projetos devem entrar em operação até 2012. "Ela praticamente já está no grupo das 10 e a caminho de se tornar a maior das Américas", afirma o sócio-diretor da consultoria, João Luiz Zuñeda.

Ranking do eteno			
Braskem e Quattor juntas ocupariam a 11ª posição no mundo			
Empresas	Origem	Volume*	Participação do Brasil na produção mundial de resinas
1ª Dow	EUA	10,7	■ 3,6% em polietileno
2ª Sabic	Arábia Saudita	8,5	
3ª Exxon	EUA	8,3	
4ª Shell	Holanda	6,5	■ 3,8% em polipropileno
5ª Lyondell	Holanda	5,4	
6ª Ineos	Reino Unido	4,3	■ 1,2% em PVC
7ª NPC	China	4,2	
8ª Formosa	Taiwan	4,1	
9ª Sinopec	China	4,1	
10ª Chevron	EUA	4,0	
11ª Braskem	Brasil	3,7	

*Fonte: Maxiquim. Escala em milhões de toneladas anuais.

Apesar do porte destacado, a participação da nova companhia no mercado mundial de resinas será menos significativa. Com capacidade de produção de 5,4 milhões de toneladas de resinas, a "nova Braskem" responde por apenas 3% da oferta mundial desses insumos - 3,6% de polietilenos, 3,8% de polipropileno e 1,2% de PVC. "Isso só reforça a necessidade de uma companhia robusta, com acesso a matéria-prima a custo competitivo e presença internacional", acrescenta Zuñeda.

Além de servir ao projeto futuro da Braskem, que já havia sinalizado o objetivo de ser a número 1 das Américas, a compra da Quattor fortalece a indústria brasileira em um momento de baixa para o setor - até o início de 2012, a oferta líquida adicional de resinas no mundo deve ficar entre 10 e 12 milhões de toneladas anuais, bastante acima do crescimento esperado para a demanda. "O mercado petroquímico hoje é de escala mundial. Quanto maior a empresa,

maior a penetração nos mercados e maior o poder de formação de preços junto aos clientes", enfatiza Lucas Brendler, analista da Geração Futuro.

Diluição dos custos é outra vantagem competitiva das petroquímicas de escala global, sobretudo diante de concorrentes que têm acesso a matéria-prima de baixo custo, como ocorre no Oriente Médio. Lá, o milhão de BTU de gás natural custava às empresas do setor entre US\$ 1 e US\$ 2 enquanto no Brasil o preço variava entre US\$ 5 e US\$ 6. Hoje, o custo no país recuou, para entre US\$ 3,5 e US\$ 4 dólares o milhão de BTU, mas permanece distante do preço pago pelas produtoras do Oriente Médio.

Para 2010, a expectativa é a de que a margem operacional das petroquímicas continue sob pressão. Além da maior oferta no mercado internacional, sobretudo do Oriente Médio e da China, a perspectiva de aumento dos preços da nafta, matéria-prima para a produção de eteno, também deverá pressionar a rentabilidade do setor. No Brasil, responde por até 70% dos custos de produção das centrais petroquímicas. Em volume de vendas, contudo, as projeções são de expansão, impulsionadas pela expectativa de crescimento econômico no país, segundo analistas de mercado.

Vitor Mallmann, atual presidente da Quattor e também à frente do Siresp (Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas), disse ao Valor, em entrevista concedida em dezembro, que a demanda no mercado interno deverá crescer entre 5% e 7% em 2010. "São cerca de 500 mil toneladas a mais no mercado". Segundo Mallmann, o setor petroquímico nacional começou apresentar ligeira recuperação a partir do terceiro trimestre do ano passado.

Neste ano, também a valorização do real poderá afetar as margens operacionais do setor, de acordo com relatório do banco Fator. Cerca de 100% da receita do setor é em dólar, mas 80% dos custos de produção estão em moeda estrangeira. Além disso, o produto importado torna-se mais competitivo e ameaça os locais, segundo os analistas do banco, considerando nova apreciação do real.

Assim, a competição com produtos importados será maior em 2010. No ano passado, as empresas conseguiram evitar perda de "market share" para as importações ao manter preços de venda equalizados às variações das cotações no mercado internacional, segundo o relatório.

A partir da combinação dos ativos, a expectativa é a de que a nova petroquímica acelere os planos de internacionalização, ao menos no que tange ao mercado americano. A própria Braskem, em paralelo às negociações com a Quattor, vem mantendo tratativas para compra de ativos nos Estados Unidos. "Ao ampliar presença entre os clientes internacionais, a empresa também abre caminho para aumentar a plataforma de produção no exterior", analisa Brendler.

Analistas, contudo, chamam a atenção para a alavancagem da Quattor, bastante superior à da Braskem. Conforme Brendler, apesar do endividamento elevado da companhia controlada pela família Odebrecht, o nível de alavancagem é baixo, cerca de sete vezes menor que o da concorrente. Ao incorporar a Quattor, a tendência é a de que esse índice suba, o que poderia pôr em risco compromissos assumidos pela Braskem com agentes financeiros. "Um aumento de capital elimina esse risco", aponta. A Petrobras tem 31% do capital votante da Braskem, ante quase 47% da família Odebrecht. A partir da incorporação da Quattor, a fatia da estatal deve subir bem, porém sem alterar o controle da petroquímica, que quer se manter privada.

Fabricante da 3ª geração fica atenta à concentração (Valor Econômico)

07/01/2010

De São Paulo

As indústrias de terceira geração da petroquímica estão observando atentas ao novo desenho deste mercado com a compra da Quattor pela Braskem. Consideradas o elo mais fraco dessa cadeia, essas empresas temem que o monopólio possa impulsionar a importação de produtos já transformados a partir da resina.

"Temos que pensar na competitividade da cadeia como um todo", disse José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Filmes Biorientados (Abrafilme). "A segunda geração está mais forte. O lado negativo é que a terceira geração ficará dependente de uma única companhia para se abastecer no mercado interno. Também é preciso evitar que o Brasil passe a ser importador de produto já transformado", afirmou.

A importação representa cerca de 25% do total consumido de resinas no país. No entanto, o setor enfrenta uma alíquota de 14%, além de um período de 45 dias de espera até a matéria-prima desembarcar no mercado interno.

A terceira geração da cadeia petroquímica é representada por cerca de 11 mil empresas, muitas delas de pequeno porte.

"A questão, neste momento, não é discutir com o governo se a alíquota cai ou não. No início deste processo [a compra da Quattor pela Braskem], a nova companhia fica competitiva, mas se não tiver clientes fortes poderá se tornar vulnerável", afirmou Roriz.

Para Alfredo Schmidt, presidente da Abief (Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis), o ativo mais importante desta companhia será o mercado interno. "É preciso uma agenda positiva para desenvolver o mercado nacional", disse.

"Espero que neste processo de consolidação a cadeia da terceira geração participe", afirmou ao Valor Peter Reiter, presidente da Europack, uma das maiores empresas da América Latina de filmes stretch (embalagem plástica).

O empresário diz não se sentir acuado com este processo de concentração. "Percebemos que o governo tem interesse neste processo de fortalecimento do setor petroquímico. Esse é um movimento que tem ocorrido em outros países, não seria diferente no Brasil", afirmou.

A aposta no mercado interno é o que esperam as empresas deste setor. "Uma empresa competitiva tem tudo para ajudar o setor", afirmou Merheg Cachum, presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico). (MS)

Liberação de garantias para estatais garante expansão do setor com modicidade tarifária, avalia Gesel (CanalEnergia) 06/01/2010

Para Nivalde de Castro, decisão do governo reforça e fortalece padrão de financiamento do setor elétrico
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O decreto 7.058 que, entre outras medidas, libera a prestação de garantias para estatais que enfrentem concorrência de empresas privadas, beneficiando a Eletrobrás, é muito positivo para o setor, de acordo com o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico, Nivalde de Castro. Segundo ele, essa decisão do governo reforça e fortalece o padrão de financiamento do setor elétrico brasileiro.

"Realmente, o grande instrumento de política energética que o estado brasileiro tem está no padrão de financiamento, que garante atingir o binômio expansão com modicidade tarifária", afirmou Castro em entrevista à Agência CanalEnergia. Segundo ele, cada vez mais os custos de financiamento do setor elétrico estão diminuindo, seja devido a taxa de juros preferencial, ao alongamento de prazo e, agora, com a redução dos custos de participação da Eletrobrás nas Sociedades de Propósito Específico.

"A Eletrobrás não podia dar garantias, ela tinha que comprar garantias e isso tinha um custo alto, porque os investimentos são muito altos", declarou o especialista. "Esse é um instrumento de política energética similar ao que o Estado brasileiro tem na Petrobras", comparou.

O decreto vai beneficiar a Eletrobrás e também os projetos que a holding ou suas subsidiárias participam em SPEs. Os mais evidentes são os projetos do Rio Madeira - Santo Antônio (RO, 3.150 MW) e Jirau (RO, 3.450) - nos quais a Eletrobrás, através das subsidiárias Furnas, Eletrosul e Chesf, possui até 40% dos empreendimentos. "Agora, quando a Eletrobrás for tomar financiamento, ela não terá mais que gastar na compra de garantia, porque ela vai dar como garantia o seu balanço", explicou o professor.

Ele disse ainda que o decreto também vai ajudar o financiamento da hidrelétrica de Belo Monte (PA, 11.233 MW). O projeto, que seria licitado no ano passado, deverá ir à leilão nesse ano, assim que for concedida a licença prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. A expectativa é que o certame ocorra ainda no primeiro trimestre do ano.

Eletronuclear garante ao MPF condições de operação e segurança de usinas em Angra (CanalEnergia) 06/01/2010

Empresa destaca que, havendo ameaça ao plano de segurança, não hesitará em tomar providências cabíveis, dentre as quais interromper operação

Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

O presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, garantiu que as usinas nucleares de Angra 1 e 2 não correm o risco de sofrer acidentes por conta de escorregamento de encostas. Na última terça-feira, 5 de janeiro, respondendo ao ofício do procurador da República Lauro Coelho Júnior, do Ministério Público de Angra dos Reis (RJ) sobre o plano de emergência, Silva destacou que os critérios de segurança exigidos em torno de uma obra nuclear exigem cuidados muito maiores que os usualmente adotados na construção civil.

O executivo destacou que a disponibilidade das condições para implementar as providências previstas no Plano de Emergência Externo da central nuclear não foi prejudicada pelas chuvas. Ele ressaltou que, caso isto tivesse acontecido, as usinas teriam sido desligadas. De acordo com o ofício, as usinas operam estáveis, com 100% de potência e atendendo a cerca de 40% do consumo de energia do estado do Rio de Janeiro.

"Havendo ameaça à manutenção do critério técnico de segurança do público, isto é, obstrução total da rodovia BR-101 por período prolongado dentro da ZPE cujo raio é de 15 quilômetros, a Eletronuclear não hesitará em tomar as providências cabíveis, previstas pelo próprio Plano de Emergência, dentre as quais se encontra o processo de desligamento das usinas", afirmou no documento.

Silva pontuou ainda que a Eletronuclear monitora continuamente as encostas ao redor das usinas, que recebem reforços em casos de eventuais riscos. O executivo explicou que o plano prevê, em casos de emergência, a evacuação da população num raio de três quilômetros das usinas durante um primeiro momento. Posteriormente, essa área aumenta para um raio de cinco quilômetros. Além disso, essas populações seriam acomodadas em abrigos localizados dentro de um raio de 10 a 15 quilômetros de distância da central.

O presidente da Eletronuclear disse ainda, por meio do ofício, que as alegações de que a interrupção total do tráfego no quilômetro 477 da BR-101 impediria a execução total do plano de evacuação não estão baseadas em fundamentos técnicos. "Esta obstrução encontra-se fora do raio de 15 quilômetros a partir das usinas", apontou. Por determinação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), o trecho foi interditado no último sábado, 2 de janeiro, e teve o tráfego retomado no dia seguinte.

Silva informou que esse também é o entendimento da Coordenação Geral do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear - SIPRON, órgão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, responsável pelo plano da central nuclear, assim como da Defesa Civil Estadual, representada pelos Comandantes do Corpo de Bombeiros de Angra dos Reis e de Paraty.

Cemig PN encerra em baixa de 1,88% (CanalEnergia) 06/01/2010

Energias do Brasil ON fechou com alta de 1,47%. IEE chega aos 24.574 pontos, com baixa de 0,11%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Cemig PN encerrou em baixa de 1,88% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 06 de janeiro. A Eletrobrás PNB também encerrou com baixa, de 1,26%, assim como a Equatorial ON (-1,06%) e a Tractebel ON (-1,01%). A Energias do Brasil ON fechou com alta de 1,47%, seguida pela Cesp PNB (1,20%) e pela MPX Energia ON (1,19%). A AES Tietê PN e a Terna Participações UNT apresentaram estabilidade ao fim do pregão. O IEE chegou aos 24.574 pontos com baixa de 0,11%. O Ibovespa encerrou em alta, com 0,70%, aos 70.729 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,06%
AES Tietê PN: estável
Celesc PNB: -0,94%
Cemig PN: -1,88%
Cesp PNB: 1,20%
Coelce PNA: -0,12%
Copel PNB: 0,44%
CPFL Energia ON: 0,67%
Eletrobrás PNB: -1,26%
Energias do Brasil ON: 1,47%
Equatorial ON: -1,06%
Light ON: -0,08%
MPX Energia ON: 1,19%
Tractebel ON: -1,01%

Terna Participações UNT: estável
Transmissão Paulista PN: -0,48%

Abradee sugere adoção de sistemas de incentivos e compensações para melhoria de qualidade (*CanalEnergia*) 06/01/2010

Para associação, modelo para distribuidoras deve compreender mais do que penalidades
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica considera oportuno que a Agência Nacional de Energia Elétrica estude a adoção de sistemas de incentivos e compensações para promover a melhoria contínua dos indicadores de qualidade pelas distribuidoras, a despeito do que acontece com as instalações de transmissão.

A Abradee foi uma das contribuintes à consulta pública 043/2009, encerrada em julho do ano passado, que tratou de obter subsídios para a revisão da regulamentação sobre a continuidade do serviço de distribuição de energia. O tema deve passar pela análise da Aneel em 2010.

Segundo a associação, um sistema de incentivo à melhoria da qualidade deve compreender mais do que penalidades. A eficácia das punições, segue a entidade, não depende apenas da intensidade, mas da adequação do seu sinal econômico.

"O sistema atual de penalização, não obstante venha impondo valores extremamente onerosos, em alguns casos tem demonstrado baixa eficácia na promoção da melhoria contínua do DEC e FEC e da uniformidade", destacou a Abradee.

Entre outras observações e análises, a Abradee destacou que o aprimoramento da regulação deve observar a formação de conjuntos, que deverão apresentar continuidade geográfica, guardar relação com a configuração do sistema elétrico e com a divisão geográfica adotada pela empresa, a fim de permitir a gestão das áreas de concessão pelas respectivas empresas.

A Abradee considera ainda que os conjuntos não devem ser pequenos demais, para não dificultar análises de tendência e comparabilidade que venham a ser causados pela volatilidade dos atributos. Do mesmo modo, não devem ser grandes demais, o que dificultaria a formação de clusters com quantidade razoável de conjuntos que apresentam características semelhantes - em casos extremos, passam a esconder as diversidades das áreas de concessão. "Conjuntos grandes demais apresentam um problema adicional, pois 50% das concessionárias têm menos de 200 mil consumidores", avalia

CPFL Brasil realiza leilão de compra e venda de energia nesta quinta-feira, 7 (*CanalEnergia*) 06/01/2010

Certame terá quatro produtos, com lote padrão de 1 MW médio. Centros de gravidade estão no Sudeste, Sul, Nordeste e Norte
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A CPFL Brasil realiza na próxima quinta-feira, 7 de dezembro, às 15 horas, leilão simultâneo de compra e venda de energia. Ao todo, serão negociados quatro produtos, com lote padrão de 1 MW médio. Os centros de gravidade estão nos submercados Sudeste, Sul, Nordeste e Norte, com prazo de entregas de 1º de dezembro de 2009 a 31 de dezembro do mesmo ano. Cada empresa credenciada poderá atuar em apenas um dos produtos disponíveis.

Para credenciamento, os interessados deverão enviar o termo de adesão para o fax (19) 3756-6044 ou para o e-mail mesabrazil@cpfl.com.br até as 10 horas do próximo dia 7 de janeiro.

Ativa: operação com BNDES poderá capitalizar Eletrobrás (*CanalEnergia*) 06/01/2010

Banco pagou R\$ 3,5 bilhões ao Tesouro Nacional e ficou com o direito de receber seus dividendos
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A operação envolvendo a transferência de recebíveis do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social poderá resultar na capitalização da Eletrobrás. A avaliação é do analista da Ativa Corretora, Ricardo Correa. Isso porque, com a transação, o banco repassou R\$ 3,5 bilhões ao Tesouro e ficou com o direito de receber seus dividendos. Assim, o crédito do banco com a estatal passou para mais de R\$ 5 bilhões.

De acordo com Correa, o BNDES poderá decidir por injetar na Eletrobrás, total ou parcialmente, o montante devido em forma de dividendos. "Como agora o BNDES é quem tem o direito de receber os dividendos do Tesouro, fica mais fácil para o banco decidir pela capitalização, que é considerada uma ótima opção pelo governo", disse Correa. Além do BNDES, a Eletrobrás ainda precisa pagar R\$ 2 bilhões em dividendos aos acionistas minoritários.

Para o analista, o que aconteceu foi que a Eletrobrás queria pagar os dividendos mas não tinha como desembolsar R\$ 7 bilhões. "Então, o que vai acontecer é que, provavelmente a Eletrobrás vai pagar os R\$ 2 bilhões que deve aos minoritários e os R\$ 5 bilhões restantes, que agora pertencem ao BNDES, serão injetados na empresa na forma de equity", explicou.

Correa afirmou ainda que a operação mostra que o governo quer resolver os problemas da Eletrobrás porque tem um plano de investimento agressivo para a estatal. "O governo precisa viabilizar captações de maior vulto e operações no exterior. Para fazer essas captações no exterior, a empresa deve estar com um histórico societário limpo. Então, a Eletrobrás está se reorganizando e isso fica muito claro nesse movimento", declarou.

Outro ponto interessante da transação, segundo ele, é que o BNDES passará a exigir mais da Eletrobrás, especialmente em termos de governança corporativa. "A Eletrobrás precisa organizar a casa, sob o ponto de vista da governança corporativa", comentou. Ele disse ainda que a Ativa considera a operação positiva para a Eletrobrás e também para os ordinaristas que tem ações Eletrobrás 3 (ELET3).

Projeto de Lei pede incentivo fiscal para turbinas e transformadores (CanalEnergia) 06/01/2010

Proposta prevê uso de créditos do PIS/Pasep e da Cofins na compra de bens de capital destinados à fabricação de produtos de depreciação acelerada
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 5.702/09, que autoriza o aproveitamento, no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de créditos do PIS/Pasep e da Cofins na compra de bens de capital destinados à fabricação de produtos de depreciação acelerada. Entre os bens cujos créditos poderão ser aproveitados no cálculo, estão caldeiras, geradores, motores, turbinas e transformadores.

Para cálculo do Imposto de Renda e da CSLL, será admitido, para as mercadorias destinadas à integração ao ativo permanente do adquirente, coeficiente de depreciação equivalente ao duodécimo por mês do valor das mesmas. No entanto, para minimizar os efeitos sobre o caixa da União e potencializar o combate à crise, o desconto integral do crédito será limitado às compras realizadas até 31 de julho de 2010.

A proposta foi elaborada pela comissão especial destinada à avaliação da crise econômico-financeira, sobretudo no que diz respeito à repercussão na indústria. O texto ainda será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico (CDEIC), Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na Comissão de CDEIC, o relator será o deputado Albano Franco (PSDB-SE). Depois, o PL será votado pelo Plenário.

UTE MC2 Macaíba atuará como produtora independente de energia (CanalEnergia) 06/01/2010

Empresa implantará térmica no Rio Grande do Norte, que terá 400 MW de capacidade instalada e 232,6 MW médios de garantia física
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Ministério de Minas e Energia autorizou a UTE MC2 Macaíba a atuar como produtora independente de energia. A empresa vai implantar e explorar a termelétrica de mesmo nome, localizada no município de Macaíba, no Rio Grande do Norte. De acordo com a portaria 1 publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 6 de dezembro, a usina tem 22

unidades geradoras de 18,1 MW cada, totalizando 400 MW de capacidade instalada, em ciclo simples, e 232,6 MW médios de garantia física. A térmica utilizará como combustível o óleo B1.

De acordo com a portaria, a empresa deverá implantar o sistema de transmissão de da UTE constituído de uma subestação elevadora, junto da usina, de 13,8/230 kV, e uma linha de transmissão, em 230 kV, com cerca de 0,4 quilômetro de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora ao barramento da futura subestação Natal. A operação comercial das unidades geradoras está prevista para até janeiro de 2013.

Cemar não terá efeitos nos ratings com cisão da Equatorial, avalia Fitch (CanalEnergia) 06/01/2010

Distribuidora tem rating nacional de longo prazo 'A+(bra)' e perspectiva estável
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A cisão da Equatorial que ocasionará a alienação da participação indireta da empresa na Light, não afetará os ratings da Cemar (MA), segundo a Fitch Ratings. A distribuidora maranhense, controlada pela Equatorial, tem rating nacional de longo prazo 'A+(bra)' e perspectiva estável. À terceira emissão de debêntures, no valor de R\$ 267,3 milhões, será mantido o rating 'A+(bra)'. O vencimento desta operação está previsto para março de 2013.

De acordo com a Fitch, os ratings são baseados na performance individual da Cemar e não consideram qualquer tipo de suporte da Equatorial. O perfil de crédito da controladora é considerado neutro para os ratings da Cemar, e a venda da participação indireta da Equatorial na Light não altera esse racional, na avaliação da agência classificadora.

UTE Viana inicia testes de 174,6 MW por tempo determinado (CanalEnergia) 06/01/2010

Com início nesta quarta-feira, 6 de janeiro, térmica vai operar até próximo dia 31 de março
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial por tempo determinado das unidades geradoras UG1 a UG20 da termelétrica Viana. Cada turbina tem 8,7 MW, totalizando 174,6 MW de capacidade instalada. Com início nesta quarta-feira, 6 de janeiro, a térmica vai operar até o próximo dia 31 de março. A usina está localizada no município de Viana, no Espírito Santo, e pertence à Empresa Termelétrica Viana.

A Aneel autorizou ainda o início dos testes da pequena central hidrelétrica Jacaré Pepira. A usina vai testar a unidade geradora UG1, de 2 MW de capacidade instalada. Localizado no município de Brotas, em São Paulo, o empreendimento pertence à Água Paulista Geração de Energia.

Reservatório de Ernestina trabalha com 80,76% da capacidade (CanalEnergia) 06/01/2010

Nível dos reservatórios do Sul atinge 98,2%, segundo dados do boletim do ONS
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

O nível dos reservatórios do Sul atinge 98,2% do volume acumulado, com alta de 0,6%, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referente à última terça-feira, 6 de janeiro. A usina de Ernestina trabalha com 80,76% da capacidade armazenada. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 60,6%, com alta de 0,9%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 47,02% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 67,2% do volume, com alta de 0,2%. O índice está 37,4% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 68,06% da capacidade.

Submercado Sul - Os reservatórios atingem 98,2% do volume acumulado, com alta de 0,6%. O índice está 76,8% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Ernestina trabalha com 80,76% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 73,6% do volume, mantendo-se estáveis. O índice está 47,1% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Corumbá I e São Simão operam com 87,08% e 71,06%, respectivamente.

Fitch mantém ratings da Cemig (CanalEnergia) 06/01/2010

Agência avalia que aumento da participação da estatal na Light não afetará classificações da holding e subsidiárias Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Fitch Ratings avalia que o aumento da participação da Cemig na Light (RJ) não afetará os atuais ratings da holding e de suas subsidiárias. A agência classificadora manteve o rating 'A+(bra)' à companhia, assim como os indicadores da primeira e segunda emissões de debêntures e os ratings da Cemig-D (MG). A Cemig-GT seguirá com 'A+(bra)' nos ratings nacional de longo prazo da empresa e na classificação da primeira emissão de debêntures. A terceira emissão de R\$ 2,7 bilhões de notas promissórias recebeu o rating 'F1+(bra)'. A perspectiva dos ratings corporativos é estável.

A agência classificadora destacou que os ratings da Cemig já previam a possibilidade de maior alavancagem financeira do grupo em virtude de sua estratégia de crescimento por meio de aquisições. Segundo a Fitch, um dos principais desafios da Cemig será preservar a qualidade de gestão da Light, que se mostrou eficiente na recuperação operacional e financeira da companhia, além de implementar boas práticas de governança corporativa.

DME Energética realiza leilão de venda de energia neste mês (CanalEnergia) 06/01/2010

Certame, no qual serão disponibilizados trinta lotes provenientes de dois produtos de fonte convencional, acontece no próximo dia 11 de janeiro
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A DME Energética realiza no próximo dia 11 de janeiro leilão de venda de energia no ambiente de contratação livre. No certame, serão ofertados trinta lotes de energia provenientes de dois produtos de fonte convencional. De acordo com o edital, o período de suprimento do produto é de 1º de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010. Já o produto 2 tem prazo de fornecimento de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010. Os compradores poderão escolher entre os submercados Sul ou Sudeste/Centro-Oeste como ponto de entrega.

O termo de adesão deverá ser enviado até às 11:30 horas do próximo dia 11 para o e-mail acperico@dmee.com.br ou jchaves@dmee.com.br. O certame acontece a partir das 16 horas e o resultado será divulgado até às 20 horas. Para ter acesso ao edital, clique aqui. Cada lote terá um valor específico em MW médio por mês, que pode ser conferido abaixo.

Produto 1:

Dez 2009 - 0,743 MWmed

Produto 2:

Jan 2010 - 0,969 MWmed

Fev 2010 - 0,958 MWmed

Mar 2010 - 0,955 MWmed

Abr 2010 - 0,969 MWmed

Mai 2010 - 0,998 MWmed

Jun 2010 - 1,112 MWmed

Jul 2010 - 1,000 MWmed

Ago 2010 - 1,000 MWmed

Set 2010 - 1,000 MWmed

Out 2010 - 1,000 MWmed

Nov 2010 - 1,000 MWmed

Dez 2010 - 1,000 MWmed

Energias do Brasil ON registra alta de 1,76% (CanalEnergia) 06/01/2010

Cesp PNB registra queda de 0,63%. IEE alcança os 24.677 pontos, com alta de 0,31%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Energias do Brasil ON opera em alta de 1,76% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 6 de janeiro. O setor elétrico registra outros resultados positivos com a CPFL Energia ON (1,13%) acompanhada pela AES Eletropaulo PNB (0,60%). A Cesp PNB registra queda de 0,63%, acompanhada pela Cemig PN (-0,28%) e pela Terna Part UNT (-0,16%). A Celesc PNB opera em estabilidade. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 24.677 pontos, com alta de 0,31% assim como o Ibovespa, que chegou aos 70.461 pontos com alta de 0,32%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,60%
AES Tietê PN: 0,56%
Celesc PNB: estável
Cemig PN: -0,28%
Cesp PNB: -0,63%
Coelce PNA: 0,12%
Copel PNB: 0,54%
CPFL Energia ON: 1,13%
Eletrobrás PNB: -0,15%
Energias do Brasil ON: 1,76%
Equatorial ON: 0,33%
Light ON: 0,28%
MPX Energia ON: 0,61%
Tractebel ON: 0,41%
Terna Part UNT: -0,16%
Transmissão Paulista PN: 0,29%

Ações da MPX Energia são transferidas para a EBX Investimentos (CanalEnergia) 06/01/2010

Acionista controlador, Eike Batista, transferiu 63,2% do capital social da MPX Energia Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A MPX informou em comunicado que o acionista controlador da companhia, Eike Batista, transferiu a título de integralização de aumento de capital social 86.436.560 ações ordinárias de emissão da companhia para a sociedade EBX Investimentos, da qual detém 99,99%. As ações, segundo a MPX Energia, representam 63,2% do capital social da companhia e foram transferidas no âmbito de uma reestruturação societária do Grupo EBX.

Tesouro recebe R\$ 3,5 bilhões pela venda de dividendos da Eletrobrás ao BNDES

Banco poderia comprar até R\$ 5,2 bilhões. Diferença ainda poderá ser comprada ao longo do ano
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças
06/01/2010

O Tesouro Nacional recebeu R\$ 3,5 bilhões pela venda de dividendos da Eletrobrás para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O aporte de recursos foi realizado no último dia do ano passado, mas só na última terça-feira, 5 de janeiro, o Tesouro Nacional divulgou o valor da operação. O reforço no caixa do Tesouro havia sido autorizado pela Medida Provisória - MP 478 - editada em 30 de dezembro. A MP, no entanto, previa que o BNDES poderia comprar até R\$ 5,2 bilhões em dividendos. De acordo com o subsecretário de Política Fiscal do Tesouro, Marcus Aucélio, o banco ainda pode comprar a diferença de R\$ 1,7 bilhão ao longo deste ano, mas nenhuma decisão foi tomada.

A MP 478 foi editada para tratar de aspectos relacionados ao Sistema Financeiro da Habitação. No artigo 12º, a MP autoriza à União "a ceder onerosamente ao BNDES, dispensada a licitação, direitos a rendimentos decorrentes de participações societárias detidas pelo Tesouro Nacional em empresas públicas federais e sociedades de economia mista, relativos a exercícios sociais encerrados até 31 de dezembro de 2009". Na prática, a medida favorece à Eletrobrás.

Aucélio disse ainda que o valor será incorporado às receitas do governo e ajudará a reforçar o superávit primário - economia de recursos para o pagamento dos juros da dívida pública. Isso porque o BNDES pagou o Tesouro em

dinheiro, não em títulos. No caso das estatais, o Tesouro Nacional tem direito a receber dividendos porque a União é acionista dessas empresas. A Eletrobrás, no entanto, não tinha pago todos os dividendos ao Tesouro. Segundo Aucélio, havia dividendos do final da década de 1970 que ainda não haviam sido repassados.

Com a medida provisória, o BNDES comprou os dividendos que a União teria direito a receber. Na prática, a instituição financeira assumiu o crédito não pago e o Tesouro recebeu o dinheiro devido. De acordo com Aucélio, os dividendos retidos estão sendo corrigidos pela Selic. Dessa forma, não haverá perdas para o banco quando a Eletrobrás pagar os dividendos. De acordo com a MP 478, o pagamento agora devido pelo BNDES pela cessão poderá ser realizado em títulos da dívida pública, "precificados pelo valor de mercado". As condições, porém, serão fixadas em ato do Ministério da Fazenda.

As informações são da Agência Brasil.

SP estende desoneração de ICMS a indústrias de geradores (CanalEnergia) 06/01/2010

Governo estadual prorroga isenção de imposto até junho para 119 setores e amplia benefício a outros 24
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O Governo de São Paulo prorrogou até o dia 30 de junho a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços na importação de bens-de-capital sem similar nacional concedida a 119 setores industriais. O incentivo fiscal estendeu-se a 24 segmentos industriais, totalizando 143 setores que não pagarão ICMS. Entre os novos segmentos beneficiados estão indústrias de geradores, motores elétricos, turbinas e de equipamentos hidráulicos. O prazo anterior se encerraria no último dia 31 de dezembro.

As medidas também autorizam o creditamento, em uma única vez, do valor do imposto se a aquisição dos bens for feita de fabricante paulista. De acordo com a secretaria da Fazenda do estado, a desoneração é parte de medidas de combate à crise econômica anunciadas em fevereiro. A Fazenda de São Paulo avalia que cerca de 90 mil empresas estarão em condições de se beneficiar da medida. Os setores selecionados pela secretaria correspondem por aproximadamente 1,2 milhão de empregos na indústria paulista.

MPX recebe R\$ 543 milhões para UTE Porto de Itaqui (CanalEnergia) 06/01/2010

Crédito permite quitação de empréstimos-ponte e cobre desembolsos previstos na implantação do empreendimento nos próximos três meses
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A MPX recebeu R\$ 543 milhões referentes à primeira parcela do financiamento da térmica Porto de Itaqui (MA, 360 MW). O montante foi liberado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil, Bradesco e Votorantim. A parcela inicial foi de R\$ 444 milhões, sendo R\$ 314 milhões repassados pelo BNDES Direto e R\$ 130 milhões pelos bancos repassadores (Bradesco e Votorantim). Além disso, foram desembolsados R\$ 99 milhões dos R\$ 203 milhões que o empreendimento possui direito, via BNB-FNE.

De acordo com a MPX, o crédito permitiu a quitação dos empréstimos-ponte, além de cobrir os desembolsos previstos na implantação do empreendimento nos próximos três meses. O contrato de financiamento, segundo a MPX, prevê um crédito total de R\$ 1,038 bilhão, sendo R\$ 797 milhões provenientes do BNDES Direto e R\$ 241 milhões do Bradesco e Votorantim na modalidade repasse do BNDES.

Os empréstimos têm prazos de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Na fase de construção, os juros destes empréstimos serão capitalizados. A empresa informou que os desembolsos seguintes serão pari passu com os aportes de capital próprio realizados. A usina pertence integralmente à MPX.

Celesc investe R\$ 72 milhões para aumentar energia na Ilha (CanalEnergia) 06/01/2010

Na última segunda-feira, 4, empresa retomou obras de duas linhas de transmissão subterrâneas
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A Celesc (SC) reiniciou na última segunda-feira, 4 de janeiro, as obras de construção de duas linhas de transmissão subterrâneas, que totalizam 10,7 quilômetros de extensão. As obras receberão investimentos de R\$ 72 milhões, que tem como objetivo a ampliação do sistema para a Ilha de Santa Catarina.

De acordo com a distribuidora, uma das linhas interligará a subestação Ilha Centro e a futura subestação Florianópolis Agrônômica, enquanto a outra ligará a nova unidade à SE Trindade. A SE Florianópolis Agrônômica, que está em construção desde agosto de 2008, terá dois transformadores de 40 MVA.

SINDICAL

Solidariedade às vítimas das enchentes (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por Sindmetau-CUT

Metalúrgicos de Taubaté (SP) entregam caminhão lotado de doações para a população de São Luiz do Paraitinga

Sindmetau-CUTA população atingida pela enchente em São Luiz do Paraitinga recebeu nesta quarta-feira, dia 06, mais um carregamento com milhares de doações feitas pelos metalúrgicos nas empresas Volkswagen e Ford.

A Campanha SOS São Luiz, do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, levou um caminhão e quatro caminhonetes lotadas com doações de material de limpeza, água sanitária, botas, vassouras, produtos de higiene pessoal, água potável e fraldas entre diversos itens.

As doações foram entregues na Câmara Municipal de São Luiz, onde está sendo feita a distribuição de produtos de limpeza e itens relacionados à higiene para a população.

Estes produtos são essenciais neste momento, pois a população está retornando para suas casas e iniciando o processo de limpeza e retirada da lama trazida pela enchente.

A presidente da Câmara Municipal de São Luiz, vereadora Edilene Alves Pereira (PT), agradeceu a solidariedade dos metalúrgicos de Taubaté para com a população atingida pela enchente.

"Agradeço de coração aos trabalhadores e ao Sindicato por esta ajuda que está sendo muito valiosa para a população de São Luiz", disse a presidente da Câmara.

Nesta quinta-feira, dia 07, mais um carregamento de doações feitas por trabalhadores em empresas como Daido, Gestamp e Alstom serão entregues na cidade de São Luiz.

Vale destacar também que nesta quinta-feira, as arrecadações serão feitas com os trabalhadores na LG Electronics nas entradas dos turnos.

Quem quiser colaborar com a Campanha SOS São Luiz também pode entregar suas doações na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região que fica na rua Urupês, 98, na chácara do Visconde.

As doações também estão sendo recolhidas nos seguintes locais:

SESI Taubaté

Plantão da delegacia da JK

Câmara Municipal de Taubaté

Batalhão da PM - Avenida Independência

Taubaté Shopping

20 anos da greve geral de 89 (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por Isaías Dalle e William Pedreira

Ação de movimentos sociais e partidos livra Erundina de multa imposta pela Justiça por apoio à greve

A deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) agradeceu nesta quarta, dia 6 de janeiro, o apoio espontâneo que recebeu de movimentos sociais e partidos políticos para arrecadar R\$ 352 mil e, com esse dinheiro, quitar uma multa imposta pela Justiça em última instância.

Erundina foi condenada recentemente pelo fato de, em 1989, quando era prefeita de São Paulo pelo PT, ter apoiado a greve geral comandada pela CUT e pela já extinta CGT, não ter liberado a circulação de ônibus da então CMTC (Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos) e ter explicado o posicionamento da prefeitura através de nota paga em jornal de grande circulação na capital. Um cidadão comum entrou com ação contra a prefeita alegando que ela teria usado dinheiro público para pagar uma publicação de caráter pessoal.

Ao saber da condenação em última instância, a CUT de pronto decidiu fazer ações para ajudar no levantamento de recursos. Junto com o PT paulista, realizou jantar em novembro com essa finalidade, além de abrir conta corrente para receber depósitos a favor da deputada. Até mesmo parlamentares e líderes de partidos como o PSDB realizaram ações semelhantes.

"Foi uma coisa muito bonita, com um significado político muito grande. É uma questão muito maior que alguém ter quitado uma dívida. Me comoveu muito", disse hoje, por telefone, Luiza Erundina. Ela destaca que o movimento pluripartidário revela "um sentimento de justiça que as pessoas têm, a capacidade de notarem que a ação da prefeitura naquele momento foi diferente de outros casos. Isso demonstra também que é possível fazer política com ética e transparência".

Cartaz da grevePara Erundina, o governo municipal de São Paulo, naquele momento, tinha lado bem definido, e não poderia se calar diante de uma greve geral que protestava contra uma inflação de 80%, do arrocho salarial galopante e de taxas altíssimas de desemprego.

A deputada pretende disputar mais um mandato de deputada federal em 2010, que por enquanto ela considera o último de sua carreira, e acredita que dois grandes desafios para o próximo período são a reforma política, que precisa ser enfrentada "pra valer" e o estabelecimento de uma estrutura tributária progressiva, que distribua renda. Sobre a disputa majoritária em 2010, Erundina lembra que deve aguardar a definição de seu partido, mas adianta: "Não podemos permitir qualquer alternativa que represente retrocesso em relação ao histórico marco político de avanços representado pelos últimos oito anos".

Em novembro, logo após a CUT ter decidido ajudar no levantamento de recursos, o jornal da Central publicou o seguinte texto:

20 anos da greve geral de 1989

No ano de 2009, completam-se 20 anos da Greve Geral contra a política econômica do Plano Verão e pelo congelamento de preços, mobilização que somou 35 milhões de trabalhadores em todo o Brasil. A manifestação contou com amplo apoio da sociedade civil e, inclusive, de alguns governos que atuavam de forma democrática.

A então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, hoje deputada federal pelo PSB, foi uma das defensoras da paralisação e posicionou-se publicamente pelo direito de a classe trabalhadora se expressar com liberdade e autonomia. Por esta razão, a ex-prefeita foi condenada em processo que exige o ressarcimento de R\$ 350 mil aos cofres públicos. Sem ter mais como recorrer da absurda decisão, a deputada teve todos os seus bens penhorados, mas seu patrimônio não conseguiu cobrir o conjunto da dívida.

Sendo assim, como principal interlocutora daquela histórica greve, a Central Única dos Trabalhadores abriu uma conta bancária para que seus sindicatos e militantes colaborem com a deputada.

Como foi a greve

Desemprego, perdas salariais e o aumento sucessivo dos preços dos produtos de primeira necessidade. Este era o cenário econômico e social do Brasil no final da década de 80. Com a instituição do Plano Verão pelo governo Sarney, as perdas salariais e o panorama caótico se agravaram. As mais diversas categorias resolveram sair às ruas para demonstrar todo o seu descontentamento com a situação. Na pauta de reivindicações, a recuperação imediata das perdas salariais acumuladas nos últimos anos, reajustes salariais mensais de acordo com o índice real de inflação, congelamento real dos preços, combate à recessão e ao desemprego.

Com a mobilização da CUT e dos trabalhadores, o governo e os empresários resolveram marcar uma reunião no dia 10 de março, em que admitiram as perdas salariais. Porém, não houve nenhuma evolução. Ambos deram as costas para os trabalhadores. O governo porque queria salvar o Plano Verão e os empresários porque queriam tirar proveito da situação para descongelar os preços.

A CUT, como central sindical com maior expressão e representatividade, organizou juntamente com a CGT a paralisação nacional e geral das atividades nos dias 14 e 15 de março de 1989, ação esta que mobilizou cerca de 70% da população economicamente ativa e teve o apoio e simpatia da grande maioria da população brasileira. A paralisação expressou de forma inequívoca o repúdio dos trabalhadores e da população à política econômica do governo Sarney.

A paralisação geral colocou a classe trabalhadora como um interlocutor vivo e forte da sociedade na conjuntura da época, com a CUT saindo fortalecida enquanto direção de todo o processo.

Apenas o primeiro passo (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por Luiz Carvalho

Após Confecom, CUT e movimentos sociais lutam para que propostas de democratização da comunicação virem lei

O ano de 2009 terminou vitorioso para os movimentos sociais. Mesmo a contragosto da maioria dos empresários detentores dos meios de comunicação que tentaram boicotar a 1.ª Conferência Nacional da Comunicação, o encontro reuniu cerca de duas mil pessoas em Brasília, entre 14 e 17 de dezembro, e terminou vitoriosa com a aprovação de 600 propostas referentes ao acesso, produção e meios de distribuição de conteúdo.

A luta da CUT e das demais entidades dos movimentos sociais pela construção de um novo marco regulatório para as comunicações no País resultou em resoluções como a criação do Conselho Nacional de Comunicação vinculado ao Executivo, com participação da sociedade civil controle social, regulamentação dos artigos da Constituição Federal (220 a 224) que impedem os monopólios, redução de 30% para 10% na participação do capital estrangeiro nas comunicações e o fim da criminalização das rádios comunitárias que funcionam sem outorga. [Clique aqui para ler todas as propostas aprovadas](#)

“A comunicação é um direito de todos, para todos e não para alguns, como os setores monopolistas que engendraram o fracasso da Conferência queriam fazer crer”, aponta Rosane Bertotti, secretária de Comunicação da CUT.

Outro item importante que contou com colaboração dos trabalhadores Cutistas dos Correios foi a proposta 28, que trata da oferta de tarifas diferenciadas de serviço para as pequenas empresas de comunicação e cria uma operação para romper o atual monopólio de distribuição de periódicos. [Clique aqui para ler todas as propostas aprovadas.](#)

Porém, o próximo e mais espinhoso obstáculo vem a seguir: pressionar o poder Executivo para elaboração do documento final que deverá ser enviado ao Congresso Nacional e manter a mobilização para fazer com que os parlamentares transformem as propostas em lei.

“Devemos aproveitar esse ano de eleições para desmascarar os candidatos contrários à democratização dos meios de comunicação no Brasil. Em março lançaremos a plataforma da classe trabalhadora e certamente medidas como a distribuição de canais para rádios e TVs comunitárias farão parte da nossa agenda”, acrescentou Rosane.

Funcionalismo (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por Condsef

Condsef e filiadas vão debater temas que devem afetar servidores em 2010

No próximo dia 15, sexta-feira, o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) se reúne em Brasília. A participação de todas as filiadas à Confederação será fundamental. Isso porque neste CDE serão debatidos temas que devem afetar de forma importante a vida funcional dos servidores federais em 2010. Os representantes da categoria vão discutir propostas apresentadas pelo governo que envolvem negociação coletiva no setor público, direito de greve e mandato classista. Além desses temas deve ser definido um calendário de atividades que vai nortear os trabalhos de pressão dos servidores em defesa de direitos e contra projetos prejudiciais que tramitam no Congresso Nacional. O CDE também vai levantar a pauta que será debatida pela base na plenária nacional da entidade que acontece na 2ª quinzena de fevereiro.

O CDE vai debater ainda a situação dos servidores da Funai e como será feita a defesa da reestruturação do órgão. No final de 2009 o governo publicou um decreto que deixou a categoria apreensiva. O decreto 7.056/09 extingue administrações regionais em vários estados brasileiros indo na contramão do que vem sendo discutido com a categoria para reestruturar a Funai.

Condsef e suas filiadas farão ainda a discussão da análise feita pelas assessorias jurídica e econômica da MP 479/09 (veja íntegra aqui) que substituiu o PL 5918/09. O objetivo é levantar emendas que serão defendidas junto aos parlamentares no Congresso. Com o recesso na Casa o prazo para novas emendas será aberto entre os dias 2 e 7 de fevereiro. A Condsef segue trabalhando também na aprovação de emendas apresentadas ao PL 5920/09. Confira aqui as emendas apresentadas a esses PL's.

Agenda intensa – A agenda de trabalho da Condsef começa intensa já nesta primeira semana de trabalhos. A entidade está buscando também uma reunião emergencial no Ministério do Planejamento para discutir um problema que atinge servidores do Dnocs. Informações dão conta de que é intenção do governo suspender uma bolsa que beneficia servidores de nível superior e intermediário do órgão. A bolsa que incide sobre o vencimento básico dos servidores seria retirada dos contracheques daqueles que não assinaram um termo de acordo apresentado pelo governo anteriormente. A Condsef solicita a reunião para obter informações detalhadas e defender a manutenção da bolsa que já vem sendo garantida há algum tempo aos servidores do Dnocs.

Veja a seguir as atividades já programadas para o mês de janeiro no calendário de atividades da Condsef:

JANEIRO

11/01

15 horas – Reunião do INEP – SRH/MPOG

12/01

10h30min – Reunião do INPI/INMETRO – SRH/MPOG

15 horas – Reunião do FNDE – SRH/MPOG

13/01

15 horas – Reunião do MTE – SRH/MPOG

14/01

15 horas – Reunião do GT/MAPA – SRH/MPOG

15/01

Reunião do CDE – 9 horas – CONDSEF

18/01

15 horas – Reunião do GT/PCCTM (M. Defesa)

22/01

15 horas – Reunião do PST – SRH/MPOG

25/01

10h30min – Reunião do DNPM – SRH/MPOG

15 horas – Reunião da Fazenda – SRH/MPOG

26/01

10h30min – Reunião da SPU – SRH/MPOG

15 horas – Reunião da Cultura – SRH/MPOG

Cultura – Paralisação de 24 horas

27/01

10h30min – Reunião da Imprensa Nacional – SRH/MPOG

15 horas – Reunião do INCRA – SRH/MPOG

MMA/Ibama/ICMBio/SFB – Paralisação de 24 horas

28/01

10h30min – Reunião do Arquivo Nacional – SRH/MPOG

15 horas – Reunião do GT/MAPA – SRH/MPOG

18 horas – Reunião do Ministério da Justiça – SRH/MPOG

29/01

10h30min – Reunião do DNIT – SRH/MPOG

15 horas – Reunião GT/PCCTM/PGPE – SRH/MPOG (Conclusão dos trabalhos/debate PGPE)

Caixa Econômica Federal (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por Contraf-CUT e Fenae Net

Bancários organizam Dia Nacional de Luta por um novo Plano de Cargos Comissionados

O ano de 2010 começa com mobilizações na Caixa Econômica Federal. Na próxima terça-feira, dia 12 de janeiro, conforme deliberação aprovada em encontro nacional de dirigentes sindicais convocado pela Contraf/CUT, ocorrido em São Paulo, no último dia 18 de dezembro, os empregados da Caixa de todo o país vão ocupar agências da empresa e ruas das capitais e principais cidades com manifestações, atos públicos e retardamento na abertura das unidades.

Os protestos marcam o Dia Nacional de Luta por um novo Plano de Cargos Comissionados (PCC) digno, sem distorções nem injustiças, coincidindo ainda com as comemorações do aniversário de 149 anos da empresa, criada em 12 de janeiro de 1861.

A Contraf/CUT e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) orientam todas as entidades sindicais a intensificarem a mobilização para a conquista de um novo PCC. O coordenador da CEE/Caixa, Jair Pedro Ferreira, que também é diretor de Administração e Finanças da Fenae, afirma ser fundamental que todos os empregados estejam mobilizados, de modo a garantir que a direção da empresa implante um plano de carreira que atenda as demandas do conjunto dos bancários da Caixa.

Para a representação nacional dos empregados, é de vital importância que todos os sindicatos se envolvam no processo de negociação permanente com a direção da Caixa em 2010, fazendo a discussão nos locais de trabalho e mobilizando

os bancários, uma vez que a implantação do PCC é uma reivindicação histórica dos empregados, sendo que sua discussão começou de forma atravessada pela empresa.

O Dia Nacional de Luta por um novo PCC reafirmará a proposta apresentada pelos trabalhadores à empresa em julho do ano passado, ao mesmo tempo em que repudiará os itens do Plano de Funções Gratificadas (PFG) da Caixa que são prejudiciais aos empregados. Na ocasião, os bancários farão uma advertência de que não aceitam a imposição unilateral do PFG.

A Caixa não tem ainda uma proposta global do que chama de Plano de Funções Gratificadas (PFG), denominado de PCC pelo movimento sindical. Na reunião do dia 2 de dezembro de 2009, em Brasília (DF), a empresa apresentou apenas as linhas gerais do plano, sem a descrição dos valores da tabela, frustrando as entidades que representam os trabalhadores.

Por outro lado, a Caixa deixou claro que pretende resolver o problema da jornada das funções técnicas, reduzindo-a para seis horas, mas reduzindo também, proporcionalmente, os salários antes da migração para a nova tabela. Outro ponto inaceitável é que a discriminação dos empregados vinculados ao REG/Replan não-saldado ou ao antigo PCS.

A proposta de PFG da Caixa

O plano da Caixa propõe 15 níveis, com 15% de diferença entre eles e acaba com as classes de filiais e mercados. Além disso, altera a nomenclatura dos cargos e os agrupa reduzindo de 119 para 56 funções, mantendo os quantitativos. Também realinha os cargos hierarquicamente de acordo com a complexidade, a responsabilidade e as atribuições.

Os empregados migrarão do PCC para o PFG de maneira automática no cargo correspondente. Nesse processo de migração poderá ocorrer redução de remuneração básica, tendo em vista a reclassificação. Para garantir a irredutibilidade negociada na campanha salarial de 2009, a empresa propôs a criação do mecanismo APA - Adicional Provisório de Ajuste do PFG.

A Caixa, porém, vincula a implantação do PFG à solução das jornadas da carreira técnica, reduzindo de oito para seis horas com redução proporcional do salário.

Segundo o acordo aditivo firmado em 2008, a implantação do PFG deveria acontecer, no máximo, no fim do ano passado, mas as projeções da empresa apontam que isto poderá ocorrer no primeiro trimestre de 2010, com efeito retroativo até a data da redução da jornada. Na rodada de negociação no início de dezembro de 2009, na tentativa de colocar um problema que deve ser resolvido pela direção do banco no colo dos trabalhadores, os representantes da empresa afirmaram que "quanto mais rápido decidir a jornada, melhor para decidir o PFG".

O que o movimento dos empregados rejeita no PFG

O movimento nacional dos empregados considera inaceitáveis uma série de itens do plano da Caixa prejudiciais aos trabalhadores, entre os quais os seguintes: redução de jornada com redução de salário, manutenção de jornada de oito horas para funções de gestão e jornada aberta para chefes de unidades, retaliação nas regras de transição (exclusão de quem não saldou o REG/Replan) e crescimento horizontal por meio do CTVA e por avaliação de mérito.

O que o movimento dos empregados defende no PCC

A Contraf/CUT - CEE/Caixa reafirma a proposta dos trabalhadores apresentada em julho do ano passado, principalmente em relação aos seguintes pontos:

- jornada de seis horas para todos os empregados sem diminuição do salário;
- extinção dos mercados B e C, com adoção dos valores do mercado A, e das filiais 2 e 3, com adoção dos valores das filiais 1;
- não permitir discriminação em relação aos empregados que permaneceram no REG/Replan não-saldado ou no antigo PCS; e
- critérios de comissionamentos e descomissionamentos.

Calendário de luta para 2010

Além do Dia Nacional de Luta por um novo PCC em 12 de janeiro, o encontro nacional dos dirigentes sindicais da Caixa aprovou um calendário de luta para 2010, com destaque para as seguintes atividades:

- 27 de janeiro: Dia Nacional de Luta pelo lançamento da campanha pela isonomia - "2010, o ano da isonomia";

- primeira quinzena de abril: encontro nacional de avaliação da campanha pela isonomia), Saúde Caixa (abaixo-assinado pela criação de estruturas em cada estado para cuidar do Saúde Caixa e da saúde do trabalhador, desvinculada das Gipes e subordinada diretamente à Gesad); e

- segunda quinzena de maio: indicativo para a realização do 26º Conecef.

CNTE (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por CNTE

MEC indica Piso de R\$ 1.024,67 para 2010, mas se exime de ação de ilegalidade

Durante o recesso de fim de ano, mais precisamente no dia 30 de dezembro de 2009, o Ministério da Educação divulgou parecer da Advocacia Geral da União, elaborado a pedido do próprio Ministério, que propõe reajustar o piso do magistério em 7,86%, com base nos R\$ 950,00, passando o valor, em 2010, para R\$ 1.024,67.

Primeiramente, é preciso esclarecer que o referido parecer não possui força normativa. Trata-se, apenas, de um posicionamento formal de um órgão do Poder Executivo Federal, que nem pode ser contestado judicialmente porque não possui efeito vinculante. Ou seja, o ônus de possível ilegalidade dessa interpretação recairá sobre quem a seguir, nesse caso, prefeitos e governadores.

Sobre o mérito da interpretação da AGU, a CNTE discorda por três razões:

1. Na nossa interpretação, o piso, em 2009, não era R\$ 950,00, mas sim R\$ 1.132,40. Portanto, é esse o valor a ser reajustado.

2. O art. 5º da Lei 11.738 vincula a atualização monetária do Piso ao custo aluno do Fundeb, que, pelo art. 15 da Lei 11.494, é feita com base na projeção para o ano seguinte e nunca de forma retroativa, como sugeriu a AGU. Nesse caso, aplicar-se-ia ao Piso, em 2010, o percentual de 18,3% (aprovado no Orçamento da União) e não 7,86%, que compreende a diferença dos valores per capita do Fundeb entre 2008 e 2009. Vale lembrar que, em agosto de 2009, o MEC publicou Portaria nº 788, diminuindo o custo aluno em 11,38%. Além de expor erro crasso da equipe econômica, pois em março de 2009 - época da publicação da Portaria Interministerial nº 221 que atualizou o Fundeb em 19,2% - os efeitos da crise mundial já podiam ser contabilizados, a nova Portaria também desconsiderou a forte retomada do crescimento econômico no segundo semestre. Não fosse isso, o percentual de reajuste se manteria em torno de 19,2%, o qual fora considerado pela CNTE para a atualização do Piso no ano passado e que, pela lógica da AGU, seria aplicado nesse ano. Mas será que seria mesmo?

3. Caso persista o entendimento da AGU e a não vinculação de sua orientação, através de normativa da União (Decreto ou Portaria), não há dúvida que se inaugurará uma insegurança jurídica de proporções incalculáveis. Isso porque milhares de ações se proliferarão país a fora contra prefeitos e governadores que praticarem o reajuste de 7,86% sobre R\$ 950,00. Pior: nos lugares em que se praticou o Piso de R\$ 1.132,40 haveria total descompasso com o suposto novo valor nacional de R\$ 1.024,67. E devemos lembrar que as leis trabalhistas não permitem reduzir salários ou vencimento.

Para além dos fatos jurídicos que embasam a definição do valor do piso em 2009 e em 2010, é preciso registrar que a Lei 11.738, ao mesmo tempo em se apresentou como princípio de redenção para a valorização dos profissionais da educação, tem sido alvo de inúmeros ataques desde a sua aprovação pelo Congresso Nacional. O que demonstra a intensidade de uma luta de classes nem sempre perceptível por todos e a fragilidade dos poderes constituídos do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) em garantir a primazia dos princípios constitucionais.

É lamentável que, após um ano e meio, não se saiba, consensualmente, qual o valor do piso do magistério público da educação básica. Da mesma forma, é lamentável que a Suprema Corte não tenha se posicionado sobre este e os outros dois assuntos pendentes de julgamento de mérito na ADI 4.167. Também é inconcebível que prefeitos e governadores, a partir de uma decisão controversa do STF, tenham interpretado a Lei ao bel prazer de suas conveniências. E, agora, mais uma interpretação inovadora e contestável da Lei - decorrente em grande parte dos efeitos da crise mundial e também pela não aprovação do PL 3.776, que visa vincular o reajuste do Piso ao INPC - poderá prejudicar ainda mais os trabalhadores em educação.

A CNTE estudará com sua assessoria jurídica e com as entidades filiadas, as melhores estratégias para enfrentar mais essa situação de afronta à Lei do piso. Sabemos que a luta é árdua, mas não desistiremos de viabilizar o tão merecido processo de valorização de nossa categoria, primordial para a elevação da qualidade da educação pública e para o desenvolvimento do país em benefício de toda a população.

Aposentadoria em 30 minutos é estendida ao trabalhador rural (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por Portal Terra

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, informou nesta terça-feira (5) que trabalhadores rurais incluídos no Cadastro Nacional de Informações Sociais - Rural (CNIS-Rural) poderão requerer a aposentadoria em até 30 minutos, como já ocorre com os trabalhadores urbanos. No entanto, ele ressaltou que o benefício só vale para aqueles trabalhadores que forem proprietários de até quatro módulos fiscais de terra (a medida do módulo fiscal varia de município para município).

O ministro fez o anúncio durante a inauguração do novo prédio da agência da Previdência Social em Esteio (RS). "Se os dados estiverem todos corretos e, se não existir outro vínculo com a Previdência Social, o segurado especial, ao requerer o benefício, já poderá se aposentar em até 30 minutos", disse Pimentel.

Ele lembrou que o processo de requerimento de aposentadoria em 30 minutos completou um ano. "Esse serviço tem sido de fundamental importância para a melhoria do atendimento previdenciário", afirmou o ministro.

Bolívia será único país do mundo a eleger juízes por voto popular (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por Vermelho

O vice-presidente boliviano Alvaro Garcia Linera anunciou que a Bolívia será o único país do mundo que elegerá por voto seus juízes e magistrados. O objetivo é melhorar o sistema judicial na nação andina.

"A Constituição Política do Estado (CPE) estabelece uma revolução do sistema judicial na qual os cargos da administração jurídica em diversos níveis hierárquicos serão escolhidos com o voto do povo pela primeira vez na Bolívia e no mundo", assinalou Linera.

Neste momento, o governo do presidente Evo Morales decidiu designar as autoridades judiciais por um ano e de maneira interina, mediante uma lei transitória que será a primeira norma a ser aprovada pela nova Assembleia Legislativa Plurinacional, a ser instalada em 22 de janeiro.

A Carta Magna, conforme explicou o vice-presidente boliviano, estabelece que se deve eleger as autoridades dos órgãos supremos da justiça. "Evidentemente haverá uma pré-seleção congressional, mas a decisão definitiva será do povo", agregou Garcia.

O vice-presidente mencionou que as mudanças do poder judiciário requerem uma transformação do próprio comportamento dos funcionários da justiça do país a fim de torná-lo mais acessível, rápido, eficiente e protetor do cidadão.

Linera assegurou ainda que a CPE estabelece também a constituição de uma estrutura jurídica plural, ou seja, que articule os regimes normativos que são o formal - aplicado na área urbana - e a justiça comunitária - que se desenvolve no campo. No entanto, o vice-presidente assegurou que "esta nova forma de designação será implementada com cautela e com rigoroso cuidado".

Trabalhador poderá ser avisado quando tiver direito a se aposentar (CUT Nacional) 06/01/2010

Escrito por Agência Câmara

A Câmara analisa o Projeto de Lei 5839/09, de autoria do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), que garante que os trabalhadores sejam avisados quando estiverem aptos a se aposentar. Pelo texto, que modifica a Lei 8213/91, será enviada uma correspondência informando que o segurado atingiu os requisitos mínimos para aposentadoria por idade ou tempo de contribuição.

Essa correspondência deverá ser autenticada e conter a quantidade de contribuições registradas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e a renda mensal estimada do benefício. O autor explica que a legislação previdenciária estabelece que seja fornecido ao beneficiário demonstrativo dos recolhimentos efetuados. No entanto, a norma não determina que os segurados sejam informados quando atingirem o direito à aposentadoria.

Por causa disso e em razão da complexidade da legislação previdenciária, bem como da realidade educacional do País, o deputado afirma que muitos segurados não sabem quando terão direito à aposentadoria e nem estimar a renda mensal que receberão.

"É imprescindível garantir que esses trabalhadores sejam informados quando implementarem os requisitos mínimos para aposentadoria", defende. Para ele, essas informações permitirão que o trabalhador decida se é o momento certo de se aposentar.

Segundo Dimas Ramalho, muitos segurados ingressam com o pedido de aposentadoria e somente após o benefício ser concedido é que constatam que a melhor opção seria manter-se por mais tempo no mercado de trabalho para ter acesso a um benefício maior. "Como é vedado o cancelamento da aposentadoria, esses segurados perdem a opção de assegurar uma renda superior em seu período de inatividade", afirma.

Ele explica também que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) instituiu em junho de 2009 o envio de comunicado sobre a possibilidade de requerimento de aposentadoria por idade. No entanto, ainda não há nenhum tipo de comunicação sobre o tempo de serviço.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:

imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise CUT
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

SINERGIA SINERGIA SINERGIA SINERGIA

Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo